



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

RESOLUÇÃO/CUN/UFES/Nº 74, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint, referente ao exercício de 2024.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o que consta do Processo Digital nº 23068.070559/2023-12 – AUDITORIA INTERNA; o parecer da Comissão de Orçamento e Finanças; e a aprovação da plenária, por unanimidade, na Sessão Extraordinária do dia 20 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint, apresentado pela Auditoria Interna desta Universidade, referente ao exercício de 2024, conforme anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

PAULO SERGIO DE PAULA VARGAS
PRESIDENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

ANEXO DA RESOLUÇÃO/CUN/UFES/Nº 74, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

1) INTRODUÇÃO

O planejamento organizacional contribui para uma melhor alocação dos recursos disponíveis e dá maior transparência, permitindo o controle pelos interessados. Nesse sentido, o planejamento das atividades de auditoria interna busca abarcar temas de maior relevância e risco institucional, de modo a agregar valor à gestão, contribuindo para a melhoria dos controles internos, gestão de riscos e governança, mecanismos essenciais para executar a estratégia, tomar decisões e atingir os objetivos da organização (IFAC, 2001).¹

A sistemática para o planejamento, execução e apresentação de resultados das atividades da Auditoria Interna – Audin/Ufes – Auditoria Interna Governamental – está disposta na Instrução Normativa (IN) nº 05, de 27 de agosto de 2021, da Controladoria-Geral da União - CGU/Secretaria Federal de Controle Interno - SFCI, com a supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. De acordo com o art. 1º, estão previstas: a elaboração, comunicação e aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna - Paint; a elaboração, comunicação e divulgação do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - Raint; a elaboração e divulgação do parecer de Auditoria Interna sobre a Prestação de Contas Anual² da Ufes, em conformidade com as normas gerais do Tribunal de Contas da União - TCU.³ Essa prestação de contas é apresentada por meio do Relatório da Gestão, Raint, e do Parecer de Contas Anual ao Conselho Universitário - Consuni e ao Tribunal de Contas da União - TCU, bem como aos diversos interessados de toda a sociedade.

O Paint é a etapa de planejamento e tem como finalidade definir os trabalhos de auditoria prioritários a ser executados no ano subsequente, por meio de procedimentos técnicos objetivos, ordenados, sistemáticos e disciplinados nos termos da Instrução Normativa

¹ <https://forum.ibgp.net.br/p-ifac-2001/>

² § 6º do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

³ <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/normas-gerais-para-as-prestacoes-de-contas.htm>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

SCFI/Nº 03, de 9 de junho de 2017, que instituiu o Referencial Técnico de Auditoria Governamental do Poder Executivo Federal.

No planejamento são identificadas prioritariamente, por Grau de Risco - GR, as ações de auditagens das áreas da Instituição, mediante avaliação dos processos-chave, dos riscos organizacionais significativos a que estão expostas; as informações de governança, integridade e controles internos, adequadas às boas práticas sobre o tema, como o COSO I⁴ e o *International Professional Practices Framework* – IPPF⁵ (AC TCU 2.622/2015-Plenário). Adicionalmente são agregadas ações com base nas preposições do art. 3º da IN nº 05/2021, da CGU.

Tem-se, portanto, a finalidade de definir os temas das auditagens para avaliação das áreas auditáveis, bem como a prestação de serviços de consultorias com o objetivo de agregar valor à gestão da Ufes, em alinhamento com o Plano Institucional Interno - PDI⁶ e com o Orçamento Anual 2024,⁷ colaborando para que a missão da Ufes seja alcançada ao “garantir a formação humana, acadêmica e profissional com excelência, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, com a produção de avanços científicos, tecnológicos, educacionais, culturais, sociais e de inovação, e a promoção dos direitos e da inclusão social”.⁸ A seguir, apresentamos a unidade auditada (Ufes) e a unidade de auditoria (Audin) bem como o Paint para o Exercício de 2024.

2) UNIDADE AUDITADA (UFES) – MODELO DE NEGÓCIO E GOVERNANÇA

2.1. Estrutura Organizacional

A Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes, conforme seu Estatuto, foi fundada em 5 de maio de 1954 e incluída no Sistema Federal de Ensino pela Lei Federal nº 3.868, de 30 de

⁴ COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. Controles Internos – Estrutura Integrada. Maio, 2013.

⁵ <https://iiabrasil.org.br/ippf>

⁶ <https://Proplan.Ufes.br/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2021-2030>

⁷ <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-aneais/2024>

⁸ https://Proplan.Ufes.br/sites/Proplan.Ufes.br/files/field/anexo/pdi_2021-2030.pdf



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

janeiro de 1961, constituindo-se como uma instituição federal de ensino superior, pesquisa e extensão e de domínio e cultivo do saber humano, de natureza autárquica, em regime especial, vinculada ao Ministério da Educação. Seu modelo de negócio é caracterizado conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, aprovado por meio da Resolução nº 5/2021 do Conselho Universitário, e engloba o período de 2021 a 2030, que instituiu para a gestão organizacional da Universidade.⁹

Atualmente a estrutura organizacional¹⁰ no âmbito da Universidade está normatizada em consonância com a Resolução nº 22/2019-CUn/Ufes com alterações por meio da Instrução Normativa Conjunta Nº 01, de 5 de maio de 2022.¹¹

A Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tem como missão “garantir a formação humana, acadêmica e profissional com excelência, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, com a produção de avanços científicos, tecnológicos, educacionais, culturais, sociais e de inovação, e a promoção dos direitos e da inclusão social.”¹²

A organização e o funcionamento da Universidade, além dos níveis de governança, estão dispostas nos seguintes normativos: Estatuto, Regimento Geral e Regimentos dos Centros de Ensino.

- I. Superior;
- II. Dos Centros.

A Administração Superior é exercida pelos seguintes órgãos:

1. Conselho Universitário - CUn;
2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Cepe;
3. Conselho de Curadores - CCur;
4. Reitoria.

⁹ <https://Proplan.Ufes.br/relatorio-de-gestao-2022>

¹⁰ <https://servidor.Ufes.br/EstruturaOrganizacional/index.jsp>

¹¹ https://Proplan.Ufes.br/sites/Proplan.Ufes.br/files/field/anexo/in_conjunta_01-2022_-_Proplan_progep_proad.pdf#overlay-context=estrutura-organizacional-da-Ufes

¹² idem, p. 10.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

A Reitoria conta com sete Pró-Reitorias: de Administração - Proad; de Extensão - Proex; de Gestão de Pessoas - Progep; de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil - Propaes; de Graduação - Prograd; de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG; e de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - Proplan.

Constituem ainda, 11 unidades acadêmico-administrativas em centros de ensino:

- Centro de Artes - CAr - *campus* Goiabeiras;
- Centro de Ciências Agrárias e Engenharias - CCAE - *campus* Alegre;
- Centro de Ciências Exatas - CCE - *campus* Goiabeiras;
- Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde - CCENS - *campus* Alegre;
- Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN - *campus* Goiabeiras;
- Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - CCJE - *campus* Goiabeiras;
- Centro de Ciências da Saúde - CCS - *campus* Maruípe;
- Centro de Educação - CE - *campus* Goiabeiras;
- Centro de Educação Física e Desportos - CEFD - *campus* Goiabeiras;
- Centro Tecnológico - CT - *campus* Goiabeiras;
- Centro Universitário Norte do Espírito Santo - Ceunes - *campus* São Mateus.

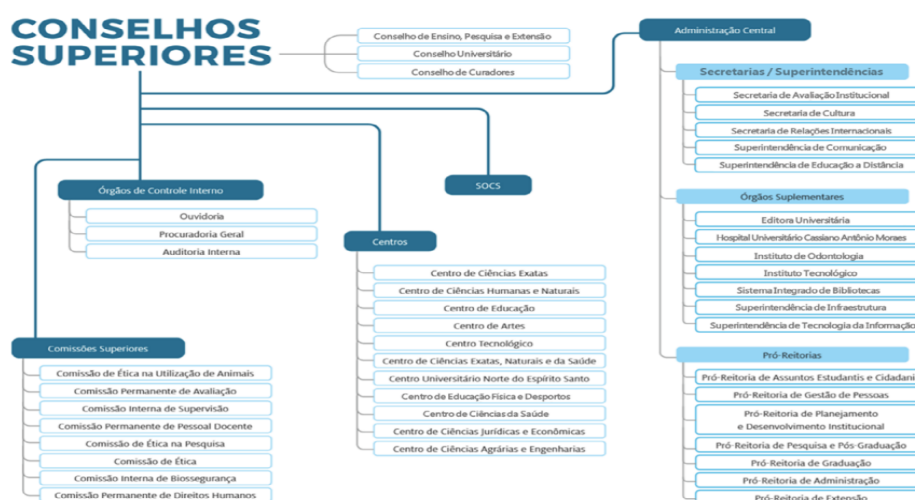
Fazem parte da estrutura organizacional da Ufes os seguintes órgãos suplementares vinculados à Administração Central: Editora Universitária - Edufes, Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - Hucam, Instituto de Odontologia - Ioufes, Instituto Tecnológico - Itufes, Sistema Integrado de Bibliotecas - SIB, Superintendência de Infraestrutura - SI e Superintendência de Tecnologia da Informação - STI. A Administração Central possui também secretarias e superintendências a ela vinculadas, distribuídas em áreas acadêmicas e administrativas: Secretaria de Avaliação Institucional - Seavin, Secretaria de Cultura - Secult, Secretaria de Órgãos Colegiados Superiores - Socs, Secretaria de Relações Internacionais - SRI, Superintendência de Comunicação - Supec, Superintendência de Contabilidade e Finanças - SCF e Superintendência de Educação a Distância - Sead. A Ufes possui quatro *campi* universitários, situados nos municípios de Vitória, nos bairros de Goiabeiras e Maruípe, e nos municípios de Alegre e São Mateus.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

A figura 1 demonstra a estrutura organizacional da Universidade.

Figura 1 – Estrutura organizacional da Ufes



Relatório de Gestão 2022
Universidade Federal do Espírito Santo

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento - Proplan

A Universidade possui cinco unidades gestoras executoras: 153046 – Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); 153047 – Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam); 153048 – Restaurante Central (RC); 153049 – Centro Universitário Norte do Estado (Ceunes); 153050 – Centro de Ciências Agrárias (CCA).

2.2. Instâncias de Governança

A governança na Ufes é exercida pelo Conselho Universitário - CUn, órgão superior de deliberação e de consulta em matéria de política universitária, administrativa, financeira, estudantil e de planejamento; pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Cepe, órgão central de supervisão do ensino, da pesquisa e da extensão, com funções deliberativas e



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

AUDITORIA INTERNA

consultivas; pelo Conselho de Curadores - CCur, órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômico-financeira; e pela Reitoria, órgão executivo da administração superior da Universidade.

Compete à Reitoria, como órgão executivo da Administração Superior da Universidade, prospectar e planejar metas estratégicas em conjunto com suas pró-reitorias e assessorias, entre outras unidades, assim como seus órgãos suplementares, a fim de representar, administrar e fiscalizar as atividades da Universidade. Conforme o art. 14 da Portaria nº 1071, de 11 de maio de 2017, que instituiu a Política de Governança no âmbito da Universidade, conduzem a governança:

- I – o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos;
- II – os Conselhos Superiores;
- III – a Reitoria;
- IV – o Setor de Governança, Gestão de Riscos e Controles do Núcleo de Desenvolvimento Institucional da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; e
- V – os subcomitês.

Ao Conselho Universitário compete exercer a jurisdição superior da Universidade em matéria de política universitária, administrativa, financeira, estudantil e de planejamento, e pronunciar-se sobre consultas no âmbito de sua competência.

Ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão compete supervisionar, adotar ou propor modificações ou medidas que visem às atividades universitárias de ensino, pesquisa e extensão.

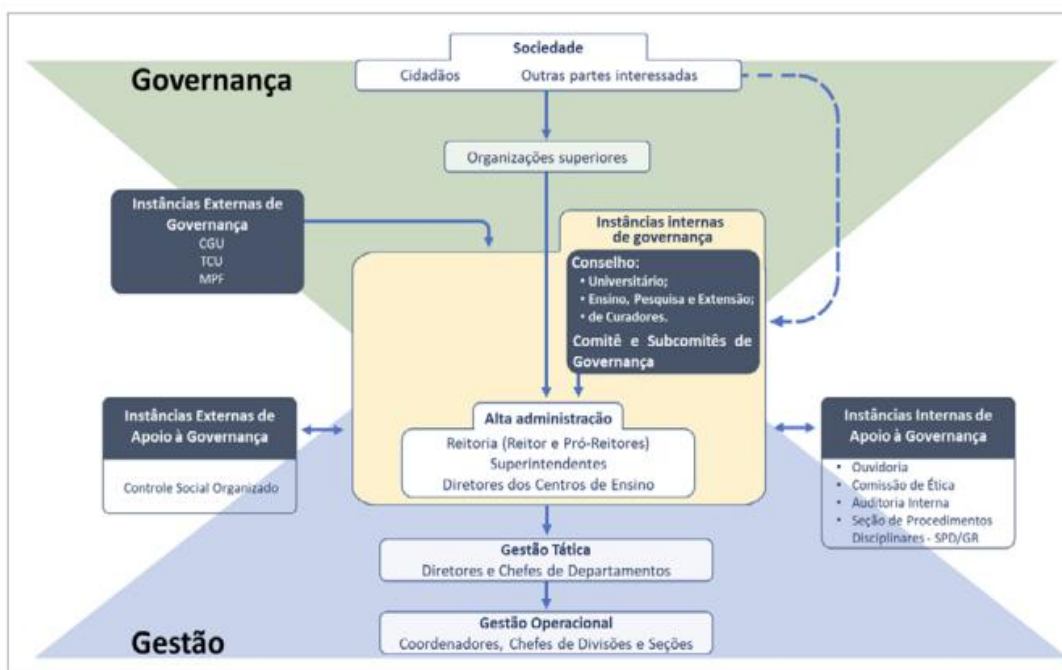
Ao Conselho de Curadores compete acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e aprovar a prestação de contas anual da Universidade.

A Figura 2 contempla o modelo de governança de maneira mais ampla, com instâncias internas e externas para o período 2021-2030.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

Figura 2 – Instâncias de governança da Ufes



Fonte: Relatório de Gestão da Ufes 2022 (p. 35)

O PDI define o mapa estratégico,¹³ norteando a direção a ser seguida pela Ufes, referenciada por sua missão, visão e valores nas cinco áreas estratégicas de ensino, pesquisa, extensão, assistência e gestão, seus objetivos estratégicos e estratégias para o período 2021-2030. Permeia a hierarquização funcional dos trâmites decorrentes do desdobramento dos objetivos estratégicos, das metas e dos indicadores nos diferentes níveis de planejamento: estratégico, tático e operacional.

As instâncias de governança são mapeadas pelos Conselhos Superiores, Reitoria, pró-reitorias, secretarias e órgãos suplementares, superintendências e Governança Superior, em nível estratégico. E, em mesmo nível, a gestão acadêmica fica a cargo de 11 centros acadêmicos que desenvolvem as atividades-fim da Instituição. Ainda conta com a execução

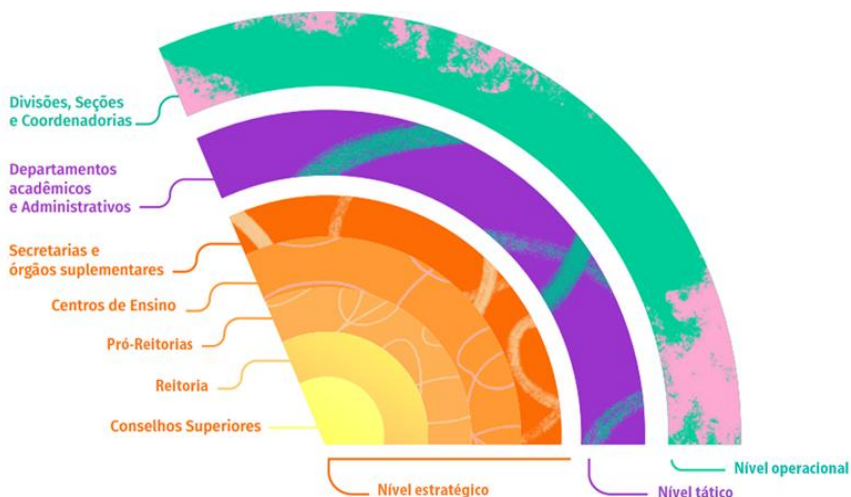
¹³ Ibidem, p. 23



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

tática e operacional, nas áreas acadêmica e administrativa. A Figura 3 evidencia a esquematização dos níveis de planejamento na governança da Ufes.

Figura 3 – Esquematização dos níveis de planejamento em governança da Ufes



Fonte: Relatório de Gestão da Ufes 2022 (p. 23)

A gestão da Universidade segue os princípios da gestão estratégica, que envolve ciclos periódicos de planejamento, execução, monitoramento e revisão, nos macros institucionais Ensino, Pesquisa, Extensão, Assistência e Gestão, que permeiam os operacionais finalísticos e o gerenciamento de suporte, os macroprocessos e a estrutura de operações.

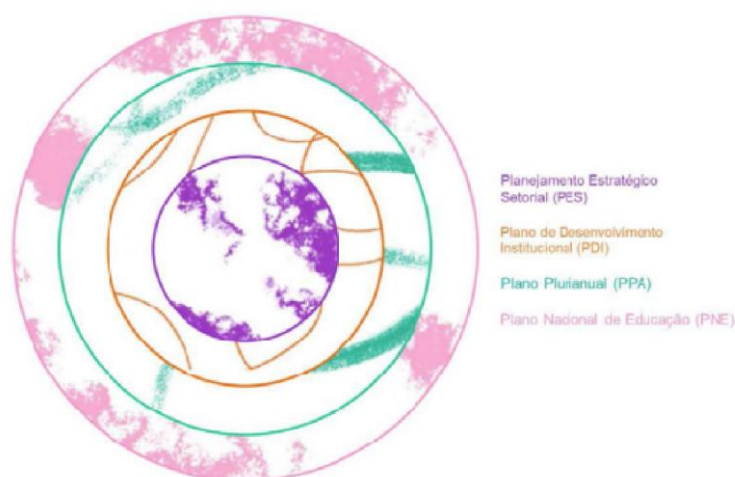
O PDI 2021-2030 da Instituição prevê ações vinculadas a programas temáticos, programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado e programas vinculados a operações especiais, guardando coerência com as suas finalidades e o alcance de metas quantitativas e qualitativas, constituindo a integração dos planejamentos com as diretrizes oriundas das ações do Plano Plurianual 2020- 2023, do Plano Estratégico Setorial - PES e do Plano Nacional de Educação - (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, conforme a Figura 4. Evidencia-se o Programa 5013: Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.¹⁴

¹⁴ <https://Proplan.Ufes.br/sites/Proplan.Ufes.br/files/field/anexo/Ufesrelatoriogestao2021.pdf#overlay-context=relatorio-de-gestao-2021>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

Figura 4 – Integração entre os planejamentos



Fonte: Relatório de Gestão da Ufes 2022 (p.31)

2.3. Proposta Orçamentária – 2024

Os limites orçamentários distribuídos mediante o Projeto de Lei Orçamentária – PLOA previstos para a Ufes, unidades orçamentárias 26234 e 93213, para o exercício de 2024, alcançaram o montante de R\$ 1.110.297.225,00 O *site*¹⁵ do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresenta os programas temáticos, de gestão da manutenção e de operações especiais para cada ação governamental.

3) UNIDADE DE AUDITORIA – AUDITORIA INTERNA – AUDIN

3.1. Vinculação e Supervisão Técnica

A Auditoria Interna é essencial para detectar precocemente riscos ainda não adequadamente tratados e fornecer à sociedade a certeza de que os controles internos são efetivos (AC TCU 2.622/2015-Plenário).

¹⁵ https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2024/ploa/projeto-de-lei-orcamentaria-anual-ploa-2024/volume5_momento5000_202308301510_siopprod.pdf



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

A Audin foi criada por meio da Resolução nº 02, de 26/1/2004, do Conselho Universitário - CUn, ao qual está vinculada, conforme os artigos 1º e 2º do seu Regimento Interno (Resolução nº 16/2015-CUn). É o órgão técnico de controle interno cuja competência é a avaliação operacional, bem como o assessoramento e aconselhamento da gestão, tendo como papel fundamental agregar valor e melhorar o atingimento dos resultados na governança pública.

De acordo com art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6/9/2000, está sujeita à orientação normativa e à supervisão do Órgão Central da Secretaria Federal de Controle Interno – Controladoria Geral da União - CGU, jurisdicionada no estado do ES.¹⁶

Seu Regimento Interno determina a missão de “assessorar e fortalecer a gestão no desempenho das suas funções e responsabilidades, avaliando e aprimorando a governança pública (controles internos e gestão de riscos)”. Seus valores estão fundamentados na “independência, comportamento ético, comprometimento, efetividade, competência técnica”, e a Audin tem como visão ser “reconhecida como órgão de assessoramento no controle interno, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão”. De acordo com o artigo 8º, tem a competência de:

- I. Acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual, visando a comprovar a conformidade de sua execução;
- II. Verificar a execução do orçamento da entidade, visando a comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidos na legislação pertinente;
- III. Verificar o desempenho da gestão da entidade, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos, e examinar os resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;
- IV. Orientar subsidiariamente os dirigentes da Universidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;
- V. Examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da Ufes e sobre as tomadas de contas especiais, quando houver;
- VI. Acompanhar as auditorias feitas pelos órgãos de controle interno e externo, verificando e acompanhando a aplicação das recomendações e determinações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

¹⁶ <https://www.gov.br/cgu/pt-br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

AUDITORIA INTERNA

VII. Elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (Paint) e o Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna (Raint), a serem encaminhados ao Conselho Universitário e à CGU;

Conforme o art. 3º do Regimento Interno, a Audin tem por objetivo assessorar, orientar, aconselhar, acompanhar e avaliar os atos e fatos de gestão praticados no âmbito da Ufes, visando assegurar:

- I. A orientação necessária aos ordenadores de despesas para que a execução da receita e da despesa seja feita de forma racional, visando à aplicação regular, bem como à utilização adequada dos recursos e bens disponíveis;
- II. A regularidade e operacionalidade dos controles internos administrativos, da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, operacional e de pessoal da Universidade, assim como a regularidade das contas, observados os princípios norteadores da Administração Pública, em especial os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia e economicidade;
- III. As informações oportunas aos órgãos responsáveis pela administração, planejamento, orçamento e programação financeira da Ufes, de forma a permitir o contínuo aperfeiçoamento das atividades;
- IV. O fiel cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição.

Portanto, constitui-se de um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas. Para tanto, mantém uma relação harmônica, equilibrada e transparente com os diversos órgãos que compõem a Universidade, proporcionando orientação técnica para a execução dos trabalhos e informações aos órgãos de controle interno e externo. O desenvolvimento dos trabalhos de auditoria visa à conformidade da legalidade, da efetividade e da eficiência dos controles internos, proposição de gerenciamento e mitigação dos riscos, agindo preventivamente de forma a produzir subsídios efetivos à Administração, na correta e regular aplicação dos recursos destinados à Universidade.

3.2. Macroprocessos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

Os macroprocessos¹⁷ relacionam-se às diversas exigências e orientações normativas da CGU/SFCI e se constituem na elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna - Paint do ano subsequente; na elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - Raint do ano anterior; na emissão do Parecer Anual de Contas do ano anterior; na execução de auditagens, apurações e consultorias à alta Administração; no monitoramento das recomendações de auditoria; na quantificação e registro dos resultados dos benefícios financeiros e não financeiros; no Planejamento da Gestão da Melhoria da Qualidade - PGMQ; no planejamento estratégico anual; no suporte operacional e logístico, nos levantamentos junto à CGU e ao TCU; e na análise e monitoramento de alertas do Sistema Alice, da CGU.

3.3. Estrutura Organizacional e Recursos Humanos

A estrutura organizacional está disposta, conforme o art. 4.º do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 16/2015, com alterações à Resolução nº 22/2019, ambas do CUn, em:

- I. Chefe da Auditoria Interna;
- II. Equipe Técnica de Auditores Internos Governamentais;
- III. Secretaria Administrativa

Destaca-se que a Instrução Normativa nº 03/2017 designou os que desempenham atividades de auditoria para a função de Auditor Interno Governamental, tendo o quadro funcional capacidade operacional total, com quatro auditores internos governamentais na equipe técnica, a saber, três servidores com 8 horas e um servidor com 6 horas. O Quadro 1 evidencia o total em h/h disponível.

Quadro 1- Quadro Operacional da Equipe Técnica de Auditores Internos Governamentais

CPF/Siape	Nome	Cargo/Função	H/h/dia	Qualificação Profissional
-----------	------	--------------	---------	---------------------------

¹⁷ <https://auditoria.Ufes.br/macroprocessos-da-auditoria-interna-Ufes>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

.081. 1016307	Bruno Henrique Picon de Carvalho	Economista (Auditor Interno Governamental)	8	Bacharel em Ciências Econômicas; Mestre em Economia.
.507. 2440473	Crisley do Carmo Dalto	Contador (Auditor Interno Governamental)	8	Bacharel em Ciências Contábeis; Pós-Graduada em Contabilidade Gerencial; Mestre em Ciências Contábeis: Gerencial e Finanças.
.942. 1836292	Juliana Cruz Alves Lopes	Auditor (Auditor Interno Governamental)	6	Bacharel em Direito; Pós-Graduada em Direito Público; Mestre em Gestão Pública.
.861. 3007577	Ramon Palaoro Checon	Contador (Auditor Interno Governamental)	8	Bacharel em Ciências Contábeis; Pós-Graduado em Finanças Aplicadas; Mestre em Gestão Pública.
.692. 1879461	Richard Cardozo de Rezende	Contador (Auditor Interno Governamental)	8	Bacharel em Ciências Contábeis; Pós-Graduado em Controladoria e Finanças; Mestre em Gestão Pública.

(Continua, com considerações)

A servidora abaixo relacionada consta no quadro da estrutura funcional da Audin, porém exercendo atividades do cargo no Gabinete do Reitor, não constando no quadro operacional da equipe técnica, sendo excluídos do cálculo 1.659 h/h em atividades de auditoria interna, do Quadro 8 do Anexo 4.

CPF/Siape	Nome	Cargo	H/h/dia	Qualificação Profissional
.985. 530294532	Santinha Maria Girardi Gottlieb	Contador	8	Bacharel em Ciências Contábeis; Pós-Graduada em Controle da Administração Pública e em Contabilidade Gerencial.

Elaboração própria

A secretaria administrativa está sem suporte para as atividades típicas constantes do Regimento Interno da Audin. Não há servidor alocado, bem como chefe na estrutura organizacional, que ocupa uma vaga de assistente administrativo. Desde março/2023, estamos a depender de reposição, conforme solicitado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – Progep, descrito no Protocolo Web Lepisma pelo Documento Avulso nº 23068.012633/2023-86.¹⁸ Destaca-se que desde março/2023, tais atividades têm sido distribuídas entre a equipe de auditores e os trabalhos de auditoria vêm se atrasando, o que

¹⁸ <https://protocolo.ufes.br/#/documentos/4560276/>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

compromete a execução do Paint deste exercício de 2023. Até a data de encerramento deste planejamento, não houve previsão para a reposição, o que pode repercutir na operacionalidade da equipe de auditoria, já com o déficit de dois auditores, para a execução do Paint para o ano 2024.

Atualmente contamos com uma colaboradora da empresa de apoio administrativo, terceirizada para serviços administrativos auxiliares de secretaria, não abarcando a totalidade das atividades técnicas da Secretaria da Audin.

As ações previstas ultrapassam o exercício e adiaram o início da execução deste Paint 2024, além de reduzirem as ações de auditoria para o exercício de 2024.

3.4. Recursos Tecnológicos e Materiais

As atividades de auditoria interna são executadas por meio de plataforma digital, em sistema informatizado adequado, integrado ao Sistema e-AUD da CGU,¹⁹ sendo registrados o Paint e o Raint. Nesse sistema é registrada a execução do Paint, em toda a extensão da ordem de serviço, bem como a matriz de risco e o programa de auditoria, na composição dos papéis de trabalho, de forma organizada, sumarizada e metodologicamente técnica na execução das auditagens, consultorias e apurações, além do monitoramento das recomendações e contabilização de benefícios da auditoria.

A Audin ainda utiliza o sistema de Protocolo *Web*, denominado Lepisma,²⁰ disposto pela Ufes, com base na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, no qual estão registrados e organizados os processos de auditoria interna anteriores a 2023. Nesse sistema são registradas as comunicações, diligências e auditorias do TCU, recebidas via sistema Conecta TCU pelo Gabinete do Reitor, com acompanhamento e assessoramento da Audin.

Dispõe de acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape, ao Sistema

¹⁹ <https://eaud.cgu.gov.br/>

²⁰ <https://protocolo.Ufes.br/#/home>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg e ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, além dos sistemas próprios da Instituição. Ainda acessa o sistema Conecta do TCU.

Em relação aos recursos materiais, dispõe de computadores, *scanners*, *notebooks* e impressoras multifuncionais para executar suas atividades, atualizados, bem como TV(s) para reuniões tanto presenciais quanto *on-line*.

Contudo, a estrutura física não é adequada e carece de reestruturação e novo espaço para acomodar os servidores da Audin.

3.5. Recursos Orçamentários

Não há disponibilidade de recursos descentralizados para a Audin. O orçamento é centralizado na unidade da Reitoria para prover a execução do Paint, Exercício de 2024.

Vale destacar a exigência de alocação do quantitativo mínimo de 40 horas anuais para cada auditor interno governamental, incluído o titular da unidade, em capacitações: treinamentos, cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e eventos compatíveis com a atividade de auditoria, para atender às demandas de auditoria, com as competências requeridas dos auditores. Assim, com base normativa regulamentar, deverá ser destacado orçamento específico para atender à capacitação técnica, conforme o § 2º do art. 4º da IN/CGU nº 05/2021, em aproximadamente R\$ 18.000,00/ano, para o caso de cursos presenciais.

O custo estimado do valor da indenização de diárias para servidores federais no País, de acordo com os valores indicados no Anexo I do Decreto nº 11.117, de 1º de julho de 2022,²¹ é demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Custo médio semestral e anual para capacitação da equipe de Audin

CUSTOS	Quantida de (média)	Valores (R\$)		
		(1) Deslocamentos para Brasília/Manaus/Rio de Janeiro/São Paulo	(2) Deslocamentos para outras capitais de estados	(3) Demais deslocamentos

²¹ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.117-de-1-de-julho-de-2022-412271694>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

(+) Diárias	5	381,14	341,02	300,90
(+) Passagens Aéreas (valor aproximado)	2	1.200,00	1.200,00	1.200,00
(=) Subtotal 1:		3.105,70	2.905,10	2.704,50
(+) Inscrição/ Fórum – FonaiTec	1	500	500	500
(=) Custo médio total/servidor:	1	3.605,70	3.405,10	3.204,50
(=) Custo médio total/três servidores/semestre:	3	10.817,10	10.215,30	9.613,50
(=) Custo médio total/cinco servidores/ano:	5	18.028,50	17.025,50	16.022,50

4) APRESENTAÇÃO DO PAINT – EXERCÍCIO 2024

Os trabalhos de auditoria prioritários previstos no Paint para o Exercício de 2024 estão regulamentados nos arts. 3º e 4º da IN nº 05/2021, da CGU, devendo observar:

I - o planejamento estratégico e as expectativas da alta administração da unidade auditada e demais partes interessadas;

II - os riscos significativos a que a unidade auditada está exposta e os seus processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos;

III - a complexidade do negócio, a estrutura e outros fatores da unidade auditada;

IV - a estrutura e os recursos humanos, logísticos e financeiros disponíveis na unidade de auditoria interna governamental.

Art. 4º O Paint deve estabelecer uma previsão realista das atividades a serem realizadas no período, contendo, no mínimo:

I - relação dos serviços de auditoria a serem realizados pela UAIG, com informações sobre: (a) o tipo de serviço (avaliação, consultoria ou apuração); (b) o objeto; (c) o objetivo; (d) datas previstas de início e conclusão; (e) carga horária prevista; e (f) a origem da demanda;

II - **previsão de alocação da força de trabalho, nas seguintes categorias:** (a) **serviços de auditoria;** (b) capacitação; (c) monitoramento das recomendações emitidas em trabalhos anteriores e ainda não implementadas; (d) gestão e melhoria da qualidade da atividade de auditoria interna governamental; (e) levantamento de informações para órgãos de controle interno ou externo; (f) gestão interna; e (g) demandas extraordinárias recebidas pela UAIG durante a realização do Paint.

§ 1º A informação sobre a origem da demanda deve considerar as seguintes situações: **obrigação normativa; seleção baseada em riscos; solicitação da alta administração; solicitação de órgãos de controle interno ou externo; e outras situações, com as devidas justificativas para a sua seleção.**

§ 2º A alocação de horas para atividades de **capacitação deve considerar o quantitativo mínimo de 40 horas anuais para cada auditor, incluído o titular da unidade, em treinamentos, cursos de pós-graduação lato e stricto sensu e eventos compatíveis com a atividade de auditoria, o universo de auditoria da UAIG e as competências requeridas dos auditores.**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

(Grifos nossos)

Com base nesse contexto, estão previstas as seguintes atividades de gestão interna e operacional:

a) Atividades de gestão interna:

- Elaboração, reporte, comunicação e divulgação do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - Raint relativo ao ano de 2023;
- Elaboração e divulgação do Parecer de Contas Anual relativo ao ano de 2023;²²
- Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna - Paint relativo ao ano de 2025;
- Gestão de pessoal;
- Instituição do Programa de Gestão da Melhoria da Qualidade - PGMQ;
- Reestruturação organizacional, física e operacional;
- Reporte, comunicação e aprovação da atualização do Regimento Interno;
- Elaboração do Planejamento Estratégico Anual;
- Suporte operacional e logístico à CGU e ao TCU;
- Treinamento e capacitação da equipe técnica de auditores internos governamentais;
- Gerenciamento das outras demandas ordinárias e extraordinárias, inclusive externas, típicas de auditoria interna.

b) Atividades operacionais:

- Auditagens;
- Consultorias: treinamento e assessoramento;
- Apurações de denúncias;
- Avaliação de alertas do Sistema Alice (CGU) em pregões eletrônicos executados pela Ufes;
- Monitoramento de recomendações consignadas em relatórios de auditorias,²³ tanto pela Audin quanto pela CGU, ainda não atendidas pela Gestão;

²² Previsão no § 6º do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

²³ As recomendações anteriores ao ano 2022 serão monitoradas por meio manual, documentadas pelo Sistema de Protocolo Ufes - Lepisma. As recomendações a partir do ano de 2023 estão sendo monitoradas por meio do sistema e-aud/ CGU.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

- Divulgação do monitoramento,²⁴ por meio de planilhas eletrônicas, das recomendações consignadas em relatórios de auditorias da Audin, pendentes de execução, contendo, de forma resumida: o texto da constatação, a recomendação expedida, o ano e o número do relatório a que se refere, a situação atualizada, a última manifestação, com data, dos gestores quanto às providências em andamento ou previstas, e o setor/unidade responsável pelas medidas. Tais recomendações ainda são divulgadas por meio de painel dinâmico,²⁵ por meio do Microsoft Power BI,²⁶
- Monitoramento e acompanhamento de acórdãos do TCU executados por meio de planilhas eletrônicas;
- Quantificação e registro dos resultados dos benefícios financeiros ou não financeiros gerados pelo atendimento de recomendações de auditoria;
- Levantamento de informações para órgãos de controle interno e externo;
- Outras demandas extraordinárias recebidas durante a execução do Paint;
- Emissão do repositório digital “Audin Informa”, ação proativa de governança.

Especificamente para os trabalhos de auditagem, é utilizada a metodologia baseada em riscos (ABR), considerando a estrutura de governança, riscos e controles internos dos cinco macros institucionais de atividades de ensino, pesquisa, extensão universitária, gestão e assistência. São ainda contempladas ações, quanto à expectativa da Alta Administração, da participação da comunidade universitária e aquelas oficiadas pela CGU e pelo TCU.

²⁴ <https://auditoria.ufes.br/plano-de-providencia-permanente-ppp>

²⁵

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTU3YTU0YzEtM2NiMCM0YjkyLWFhOTYtZDlyNjBmMzQ0MjU0IiwidCI6ImE1ZGZlNmQwLTQ5MTEtNDRjYS04MTE2LWFiNjliYzRmNmZiNCJ9&pageName=ReportSection1950334d4eeadc b48cd1>

²⁶ é uma plataforma unificada e escalonável para business intelligence (BI) empresarial e de autoatendimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

Essencialmente resulta em um plano de auditoria interna baseada em riscos (ABR), cujo objetivo é contribuir para a melhoria dos processos de governança, tratamento, mitigação e apetite aos riscos e aprimoramento dos controles internos, agregando valor à gestão.

A proposta do Paint deve ser encaminhada para análise prévia da CGU até o último dia útil do mês de novembro do exercício anterior ao de sua execução, devendo ser posteriormente aprovada pelo Conselho Universitário - CUn até o último dia útil do mês de dezembro do ano anterior ao de sua execução, e enviado novamente à CGU até o último dia útil do mês de fevereiro do ano a que se refere (Arts. 5º a 8º da IN nº 05/2021).

Na sequência, são descritos os fatores referenciais para a elaboração do Paint, a descrição dos trabalhos previstos para o exercício de 2024, conforme a capacidade operacional. Constan ainda: o Apêndice 1, no qual é descrita a metodologia aplicada para elaboração do Paint; o Apêndice 2, em que se descrevem as áreas passíveis de temas de auditoria por ABR; e o Apêndice 3, com a apresentação dos resultados apurados na classificação do Grau de Risco - GR organizacional, a partir da metodologia (ABR), e ainda dos subsídios de riscos aos temas constantes no "Painel subsídios ao Paint baseado em riscos",²⁷ elaborado e recomendado pela CGU às Redes Federais de Universidades - RFU.

4.1. Fatores considerados na elaboração

A partir dos fatores regulamentados no art. 4º da Instrução Normativa nº 05/2021, o Paint foi elaborado considerando a capacidade técnica e operacional, a legislação pertinente, a prática de outros órgãos de controle e/ou outras instituições governamentais, de acordo com a IN Conjunta MP/CGU nº 01/2016, de 10/5/2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no setor público, assim como a metodologia ABR, todos definidos no documento "Controles Internos – Modelo Integrado", publicado pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras - COSO, tanto quanto os mecanismos e práticas de

27

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojZDdlYzBIOTctMGFmYS00MTE3LTk1NDUtNmY3MTQ5OWE3NjBiliwidCI6IjY2NzhkOWZILTA5MjEtNDE3ZC04NDE3LTVmMWMxOGRIzWmJiYiJ9>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

"Governança descritos no Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhorias, publicado pelo Tribunal de Contas da União" (item 1.7.4, TC-029.143/2015-2, Acórdão nº 8.522/2016-2ª Câmara). Utilizou-se ainda dos subsídios de riscos aos temas constantes no "Painel subsídios ao Paint baseado em riscos",²⁸ elaborado e recomendado pela CGU às Redes Federais de Universidades - RFU. A descrição dos trabalhos está apresentada no item 4.2, a seguir.

4.2. Descrição dos trabalhos e ações previstos

4.2.1. Trabalhos e ações em função de obrigação normativa

- Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – Raint/2023 – Instrução Normativa SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2020, que dispõe sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – Raint das Unidades de Auditoria Interna;
- Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna Governamental – Instrução Normativa nº 10, de 28 de abril de 2020, que aprova a Sistemática de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;
- Elaboração de parecer sobre a prestação de contas anual da Universidade Federal de Juiz de Fora e tomada de contas especiais – Artigos 15, parágrafos 6º e 7º, e 20-B do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro 2000, e Instrução Normativa SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2020.
- Monitoramento das Recomendações – Instrução Normativa nº 3, de 9 de junho de 2017, que aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

- Gestão e Melhoria da Qualidade – Instrução Normativa nº 3, de 9 de junho de 2017, que aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal;
- Revisão Anual do Estatuto da Auditoria Interna – Audin/Ufes – Instrução Normativa nº 13, de 6 de maio de 2020, que aprovou os requisitos mínimos a serem observados nos estatutos das Unidades de Auditoria Interna Governamental - Uaig do Poder Executivo Federal;
- Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – Paint/2025 – Instrução Normativa SFC/CGU nº 5, de 27 de agosto de 2020, que dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna – Paint das Unidades de Auditoria Interna;
- Elaboração do Orçamento Anual da Auditoria Interna – Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), tendo como objetivo atender ao Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade – PGMQ, em atendimento à Instrução Normativa nº 3, de 9 de junho de 2017. KPA 2.7 – Orçamento operacional de auditoria interna. Recomendação: submeter anualmente ao Conselho Superior da Universidade, em tempo hábil para apreciação e tomada de decisões, proposta de orçamento para o custeio de suas atividades, previstas para o exercício seguinte, conforme o Plano Anual de Auditoria Interna – Paint.
- Complemento: Ofício-circular s/nº-2023-TCU/AudEducação, de 20/7/2023. Processo TC 046.851/2020-8.
- [...]5. Conforme a deliberação, o Tribunal decidiu por recomendar às universidades federais que, por meio das suas Audins:
 - a) com o intuito de promover a eficiência e a racionalização das ações de controle, procedam à avaliação do estoque de recomendações em monitoramento, atualizando as situações conforme critérios de relevância, gravidade, atualidade, impacto, recorrência, viabilidade e materialidade envolvida, bem como os princípios da racionalidade administrativa, efetividade, eficiência e economicidade, podendo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

utilizar como parâmetros o que dispõe a Resolução-TCU nº 315/2020 e as disposições do Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria - MOT da CGU;

b) adotem Termo de Assunção de Risco nos casos de encerramento de recomendações pela assunção de riscos pelos gestores (item 7.3 do MOT-CGU);

c) publiquem os Planos de Providência Permanente - PPP com dados acerca das recomendações em monitoramento, pendentes de aplicação, contendo, no mínimo e ainda que de forma resumida, o texto da constatação, a recomendação expedida, o ano e número do relatório a que se refere, a situação atualizada, a última manifestação, com data, dos gestores quanto às providências em andamento ou previstas, e o setor/unidade responsável pelas medidas;

d) em atendimento aos princípios da transparência e da *accountability*, adotem rotinas para que o PPP, em qualquer formato (painel dinâmico, planilha, tabela) seja atualizado ao menos a cada seis meses, indicando-se claramente a sua última data de revisão, e que as informações sejam apresentadas de forma consolidada, contendo todas as recomendações expedidas pela UAIG e ainda pendentes [...].

4.2.2. Trabalhos e ações selecionados com base na avaliação de riscos ABR

Foram selecionadas três ações de auditagens, com base nos fatores de risco, conforme aplicação da metodologia (ABR).

Os resultados foram demonstrados na matriz de classificação, com o *ranking* do grau de risco (GR) das áreas avaliadas, seguindo a ordem de classificação no *ranking*, com considerações de auditoria. Por fim, após aplicadas as devidas metodologias por orientação normativa, foram ainda, associados aos temas, os riscos apontados no “Painel subsídios ao Paint baseado em riscos”,²⁹ elaborado e recomendado pela CGU através de estudo junto às



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

(Cód.5.3)³⁴ Coordenação de estágio Prograd – GR 63,73% risco alto no *ranking* por ABR para o Paint/2024 adicionado aos riscos de pressupostos pela CGU, conforme painel,³⁵ avaliados e considerados pela Audin:

Risco: Programa de Estágio com baixo valor agregado.

Ação 3: Auditoria de Avaliação

Macro institucional: Ensino (Cód.4.4)³⁶ Centro de Ciências da Saúde (CCS) GR 53,85% risco alto no *ranking* por ABR Paint/2024, adicionado aos riscos de pressupostos pela CGU, conforme painel,³⁷ avaliados e considerados pela Audin:

Risco 1: Excesso de alocação de recursos (infraestrutura e docente) nos cursos com baixa atratividade e/ou permanência com êxito;

Risco 2: Falta frequente de docente;

Risco 3: Infraestrutura física para uso presencial ociosa;

Risco 4: Insuficiência ou inadequação de infraestrutura física e/ou tecnológica para o desenvolvimento das atividades da graduação;

Risco 5: Oferta de cursos com excessiva alocação de professores substitutos e/ou temporários;

Risco 6: Queda no conceito final da nota da instituição no Sinaes;

Risco 7: Redução do acesso a recursos em virtude da piora de indicadores;

Risco 8: Alocação excessiva de docentes para disciplinas com baixa demanda (especialmente nas optativas);

Risco 9: Atraso no cronograma de aulas;

Risco 10: Aumento da evasão e/ou permanência (retenção);

Risco 11: Ausência de produção acadêmica e sua publicação em plataformas especializadas;

Risco 12: Baixa qualidade dos resultados alcançados (formação dos alunos, reputação institucional e notas de avaliações).

³⁴ Idem NR 30.

³⁵ Idem

³⁶ Idem

³⁷ Idem NR 33, slad 4.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

4.2.3. Ação de auditoria selecionada com base participativa da comunidade universitária

Ação 4: Auditoria de Avaliação

Macro institucional: Gestão

Assédio Moral

Risco 1: Clima organizacional que propicia a geração de conflitos.

Essa é uma ação proposta de forma participativa pela comunidade universitária na elaboração do Paint. A ação visa atender, na completude, o art. 3º da IN CGU/SFCI nº 05/2021, o qual diz, no inciso I, que na elaboração do Paint devem ser consideradas as expectativas das partes interessadas. Procura se alinhar ao Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) para o setor público (Internal Audit Capability Model for the Public Sector), no qual o KPA 2.4, que comporta o plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas, e tem por objetivo desenvolver planos periódicos (anuais ou plurianuais) para os quais serão fornecidas auditorias ou outros serviços, com base em consultas com a administração ou outras partes interessadas (*stakeholders*).

Metodologicamente, no período de julho a setembro deste ano, a Audin promoveu uma campanha publicitária, tanto no sítio eletrônico da Ufes quanto da Audin,³⁸³⁹ oportunizando a participação popular da comunidade acadêmica, como parte interessada (*stakeholders*), por meio da sugestão de temas de auditoria. Foi aplicado questionário fechado e aberto, no qual as sugestões foram coletadas e analisadas tecnicamente, considerando a materialidade, criticidade e relevância para os objetivos da Instituição. Adicionalmente foi efetuado o cruzamento de dados de registro na Ouvidoria da Ufes, com base nas denúncias registradas, por meio da plataforma FalaBr-CGU, concluindo-se com a avaliação estatística de frequência dos temas.

³⁸ <https://www.ufes.br/conteudo/aberta-ate-1810-consulta-comunidade-para-elaboracao-do-plano-anual-de-auditoria>

³⁹ <https://auditoria.ufes.br/consulta-comunidade-para-plano-anual-de-auditoria-2024>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

O tema de maior incidência em denúncias na Ouvidoria da Ufes e amplamente sugerido pela comunidade foi o assédio moral. A esse tema foi adicionado o risco de pressuposto pela CGU, conforme o painel,⁴⁰ avaliado e considerado pela Audin: Risco 01: Clima organizacional que propicia a geração de conflitos.

4.2.4. Ação de auditoria proposta pela alta Administração

A ação visa atender ao § 1º do art. 4º da IN CGU/SFCI nº 05/2021, quanto às expectativas da alta Administração, por meio do Documento Avulso nº 23068.053418/2023-35. O tema sugerido foi acessibilidade física e tecnológica, com adição de risco de pressuposto pela CGU, conforme painel,⁴¹ avaliado e considerado pela Audin:

Ação 5: Auditoria de Avaliação

Macro institucional:⁴² assistência estudantil

Acessibilidade física e tecnológica.

Risco 1: Redução da qualidade do ensino ofertado pelas Ifes em decorrência da garantia da oferta gratuita.

4.3. Quadro-Resumo dos trabalhos de auditoria previstos

Os serviços de auditoria previstos para o exercício de 2024, relacionados no Quadro 2, contemplam 14 trabalhos, considerando a capacidade operacional técnica em dias úteis para o referido ano.

⁴⁰ Idem, NR38, slad p. 4

⁴¹ Idem

⁴² <https://protocolo.ufes.br/#/documentos/4753445>

Quadro 2 – Serviços de auditoria previstos

Seq.	Tipo de Serviço	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Origem da Demanda	Início	Conclusão	HH	Situação	Observações/ Justificativas
1	Outros	Gestão interna da Uaig	Gerenciar ações internas	Outros	2/1/2024	31/12/2024	466	Previsto	Atualização de papéis de trabalho, macroprocessos, planejamento estratégico, elaboração do Raint 2023 e do Paint 2025
2	Outros	Monitoramento de recomendações – Audin/Ufes	Monitorar recomendações de auditorias feitas pela Audin	Obrigaçã Legal	8/1/2024	19/1/2024	180	Previsto	Monitoramento semestral e contabilização de benefícios
3	Outros	Monitoramento de recomendações – Apoio CGU	Apoiar o monitoramento das recomendações de auditorias anteriores, feitas pela Controladoria-Geral da União - CGU	CGU	29/1/2024	09/2/2024	10	Previsto	Monitoramento semestral

4	Avaliação	<p>Ação 1: Auditoria de Avaliação Macro institucional: Gestão (cód.8.10.) Diretoria de Infraestrutura Setorial Sul – SI – GR 65,29%- e área (cód. 6.18) – Coordenação de Licitação Setorial Sul, com GR 63,34%, risco alto no <i>ranking</i> por ABR para o Paint/2024. Decidimos agregar as duas áreas por terem escopos semelhantes e complementares, com considerações ao “Painel subsídios ao Paint baseado em riscos”, elaborado e recomendado pela CGU às Redes Federais de Universidades - RFU.</p> <p>Risco 1: Aquisições de bens e serviços com vícios que possam resultar em superfaturamento, sobrepreço, baixa qualidade, falta ou excesso de quantitativos.</p> <p>Risco 2: Limitação de participantes dos processos licitatórios, levando ao cerceamento ou direcionamento do fornecedor.</p> <p>Risco 3: Infraestrutura física para uso presencial ociosa</p> <p>Risco 4: Insuficiência ou inadequação de infraestrutura física e/ou tecnológica para o desenvolvimento das atividades da graduação.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliar a gestão na aquisição de bens e serviços em processos licitatórios feitos pela Coordenação de Licitação Setorial Sul, de acordo com a Lei de Licitações Públicas, no âmbito do Governo Federal. 2. Avaliar a gestão da infraestrutura física, ociosidade de imóveis, inadequação de infraestrutura física e/ou tecnológica das áreas administrativas e acadêmicas no CCAE e no CCENS. 3. Avaliar a estrutura de governança, controles internos e gestão de risco organizacional em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2021 - 2030 e à LDO/LOA 2024. 	Avaliação de Riscos	18/3/2024	31/7/2024	976	Previsto	Auditagem
5	Avaliação	<p>Ação 5: Auditoria de Avaliação Macro institucional: Assistência estudantil Acessibilidade física e tecnológica.</p> <p>Risco 1: Redução da qualidade do ensino ofertado pelas Ifes em decorrência da garantia da oferta gratuita.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliar a gestão da acessibilidade física e tecnológica da Ufes. 2. Avaliar a estrutura de governança, controles internos e gestão de risco organizacional em relação ao Plano de 	Solicitação da Gestão	18/3/2024	31/7/2024	1.162	Previsto	Auditagem

			Desenvolvimento Institucional - PDI 2021 - 2030 e à LDO/LOA 2024.						
6	Outros	Monitoramento de Recomendações – Audin/Ufes	Monitorar recomendações de auditorias feitas pela Audin	Obrigação Legal	1/8/2024	31/8/2024	515	Previsto	Monitoramento semestral e contabiliza�o de benefícios
7	Outros	Monitoramento de Recomendações – Apoio CGU	Apoiar o monitoramento das recomendações de auditorias anteriores, feitas pela Controladoria-Geral da União - CGU	CGU	1/8/2024	31/8/2024	44	Previsto	Monitoramento semestral
8	Avalia�o	A�o 2: auditoria de Avalia�o Macro Institucional: Ensino (cód.5.3) Coordena�o de estágio Prograd - GR 63,73% Risco alto no <i>ranking</i> por ABR para o Paint/2024, com a adi�o dos riscos associados pressupostos pela CGU em painel de subsídios ao Paint baseado em riscos, elaborado e recomendado pela CGU �s Redes Federais de Universidades - RFU: Risco: Programa de estágio com baixo valor agregado.	1. Avaliar a gestão da política e o controle documental dos processos de estágio coordenados pela Prograd. 2. Avaliar a estrutura de governança, controles internos e gestão de risco organizacional em rela�o ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2021 - 2030 e � LDO/LOA 2024.	Avalia�o de Riscos	19/8/2024	20/12/2024	750	Previsto	Auditagem

9	<p>Ação 3: Auditoria de Avaliação Macro institucional: Ensino (cód. 4.4) – Centro de Ciências da Saúde - CCS GR 53,85% Risco alto no <i>ranking</i> por ABR Paint/2024 adicionado aos riscos associados pressupostos pela CGU, conforme painel, considerados pela Audin:</p> <p>Risco 1: Excesso de alocação de recursos (infraestrutura e docente) nos cursos com baixa atratividade e/ou permanência com êxito.</p> <p>Risco 2: Falta frequente de docentes.</p> <p>Risco 3: Infraestrutura física para uso presencial ociosa.</p> <p>Risco 4: Insuficiência ou inadequação de infraestrutura física e/ou tecnológica para o desenvolvimento das atividades da graduação.</p> <p>Risco 5: Oferta de cursos com excessiva alocação de professores substitutos e/ou temporários.</p> <p>Risco 6: Queda no conceito final da nota da Instituição no Sinaes.</p> <p>Risco 7: Redução do acesso a recursos em virtude da piora de indicadores.</p> <p>Risco 8: Alocação excessiva de docentes para disciplinas com baixa demanda (especialmente nas optativas).</p> <p>Risco 9: Atraso no cronograma de aulas.</p> <p>Risco 10: Aumento da evasão e/ou permanência (retenção).</p> <p>Risco 11: Ausência de produção acadêmica e sua publicação em plataformas especializadas.</p> <p>Risco 12: Baixa qualidade dos resultados alcançados (formação dos alunos, reputação institucional e notas de avaliações).</p>	<p>1. Avaliar a regularidade da gestão do Centro de Ciências da Saúde - CCS, visando garantir o planejamento estratégico da Ufes.</p> <p>2. Avaliar a estrutura de governança, controles internos e gestão de risco organizacional em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2021 - 2030 e à LDO/LOA 2024.</p>	Avaliação de Riscos	19/8/2024	20/12/2024	926	Previsto	Auditagem
---	--	---	---------------------	-----------	------------	-----	----------	-----------

10	Avaliação	Ação 4: Auditoria de avaliação Macro Institucional: Gestão Assédio Moral Risco 1: Clima organizacional que propicia a geração de conflitos.	1. Avaliar a regularidade da gestão dos processos e denúncias de assédio moral na Ufes. 2. Avaliar a estrutura de governança, controles internos e gestão de risco organizacional em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2021-2030 e à LDO/LOA 2024.	Outros	19/8/2024	20/12/2024	574	Previsto	Auditagem
11	Outros	Capacitação de servidores	Capacitações em treinamentos de auditoria interna	Outros	1/1/2024	31/12/2024	800	Previsto	FonaiTec e outras capacitações técnicas
12	Outros	Gestão da qualidade e melhoria	Instituição do Programa de Gestão e Melhoria	Obrigaçã Legal	1/1/2024	31/12/2024	105	Previsto	PGMQ
13	Outros	Levantamento de informações para órgãos de controle interno ou externo	Levantamento de informações para órgãos de controle interno e externo	Outros	1/1/2024	31/12/2024	215	Previsto	Levantamentos de informações para órgãos externos
14	Outros	Reserva técnica (demandas extraordinárias)	Demandas extraordinárias	Outros	1/1/2024	31/12/2024	429	Previsto	Demandas da alta Administração e outros.
Total de horas disponíveis/ano							7.152		



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

4.4. Capacitação técnica para o executivo-chefe e equipe técnica de auditores internos governamentais

Conforme o §2º do inciso II do artigo 4º da IN nº 05/2021 da CGU, são previstas no mínimo 40 horas anuais para cada auditor interno governamental, incluindo o titular da unidade, em treinamentos e cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* e em eventos compatíveis com a atividade de auditoria e as competências requeridas dos auditores.

As capacitações e treinamentos têm o objetivo de atualização profissional, qualificando o auditor à aplicação nos trabalhos desenvolvidos, por seu caráter multidisciplinar. Assim, a capacitação técnica representa o capital intelectual aplicado na Instituição, visando à melhoria das atividades de auditoria.

Especificamente em 2024, há previsão para a participação no 57º e no 58º Fóruns Nacionais dos Integrantes das Auditorias Internas – FONAITec, considerando que o evento propicia a troca de experiências entre os auditores internos das instituições vinculadas ao Ministério da Educação, quando são disseminadas as melhores práticas na busca da uniformização de procedimentos, assim como fomentado o debate do papel das auditorias internas nas instituições.

Serão ainda ministrados cursos promovidos pelo Programa de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da Ufes, assim como em cursos/palestras promovidos pelos órgãos de controle (TCU/CGU) e outras atividades de capacitação disponibilizadas pelos órgãos de governo ou mesmo pela iniciativa privada, de acordo com o caráter multidisciplinar e a atuação profissional dos servidores. O Quadro 3 evidencia as ações de capacitação e treinamento para o ano de 2024.

Quadro 3 - Ações de capacitação para a equipe técnica e executivo-chefe

Ações de capacitação	Justificativa	Período	h/h
Participação no 57º FONAITec, promovido pela Associação FONAI - MEC/SFC	Promoção de integração e treinamento dos auditores internos de todas as instituições federais vinculadas ao MEC, seminários e apresentação de trabalhos, agregando novos conhecimentos e troca	Maio	200



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
AUDITORIA INTERNA

	de experiências sobre assuntos recorrentes da área, bem como na busca de soluções dos problemas comuns no universo das instituições de ensino.		
Participação no 58º FONAI Tec, promovido pela Associação FONAI - MEC/SFC	Promoção de integração e treinamento dos auditores internos de todas as instituições federais vinculadas ao MEC, seminários e apresentação de trabalhos, agregando novos conhecimentos e troca de experiências sobre assuntos recorrentes da área, bem como na busca de soluções dos problemas comuns no universo das instituições de ensino.	Novembro	200
Curso na área de Auditoria Governamental e afins	Participação em ações de capacitação com enfoque em métodos e técnicas fundamentais da atividade de auditoria interna, notadamente o COSO I e II e gestão de riscos.	A definir	200
Cursos oferecidos pelo Programa de Capacitação dos Servidores da Ufes	Atualização de conhecimentos das atividades de auditoria interna e de gestão, conforme os cursos a serem oferecidos no decorrer do exercício.	A definir	200
Total			800

Fonte: Elaboração própria

4.5. Monitoramento das recomendações da Audin emitidas em trabalhos anteriores e ainda não adotadas pela Unidade auditada

As ações de monitoramento relativas às recomendações emitidas em trabalhos de exercícios anteriores correspondem à avaliação da manifestação do gestor, visando o pleno atendimento do Plano de Ação contido no Plano de Providências Permanente.

A ação ocorre de forma semestral, nos meses de janeiro e julho, conforme a capacidade operacional da equipe técnica de auditores governamentais.

O monitoramento das recomendações anteriores ao ano de 2023, anteriores à instalação do sistema e-AUD/CGU, ocorre de forma manual, em planilhas de Microsoft Excel, com o auxílio do protocolo Web Lepisma. A partir de 2023, o monitoramento ocorre diretamente no sistema e-AUD/CGU.

A ação ainda contempla a alocação de horas para contabilização de benefícios das recomendações adotadas, com caráter contínuo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

AUDITORIA INTERNA

4.6. Monitoramento das recomendações emitidas pela CGU em trabalhos anteriores e ainda não adotadas pela Unidade auditada

Em apoio à supervisão técnica da CGU no estado do ES, o Paint contempla horas de monitoramento das recomendações pendentes de aplicação pela gestão. O monitoramento é feito pela chefia de auditoria interna, com base nas informações registradas no sistema e-AUD/CGU. A ação ocorre nos meses de janeiro e julho, em caráter contínuo.

4.7. Gestão e melhoria da qualidade da atividade de auditoria interna governamental

Com base na Portaria nº 896, de 12 de maio de 2016, a gestão estratégica prevê a instalação do Programa de Qualidade das Ações de Controle (PRO-qualidade), considerando ações norteadoras na referida portaria sobre a Asseguração da Qualidade, observados os padrões de qualidade nacional e internacional de auditoria, visando ao melhor desempenho de suas atribuições constitucionais.

Entre as ações gerenciais são ainda previstos a atualização e padronização dos documentos de auditoria – papéis de trabalho (corrente e permanente) –, a atualização dos macroprocessos, o planejamento estratégico, a contabilização e registro dos resultados e benefícios gerados pelas auditorias, além das melhorias nos fluxos de trabalho quanto ao monitoramento das recomendações de trabalhos anteriores, ainda não adotadas.

4.8. Levantamento de informações para órgãos de controle externo ou interno

As demandas relacionadas ao levantamento de informações para órgãos de controle externo e interno serão analisadas e priorizadas conforme a materialidade, a criticidade e a relevância, observado o risco para a imagem da Instituição. Havendo necessidade, serão realocadas ações, com supressão ou adição, considerando a capacidade operacional.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

No contexto de outras demandas extraordinárias, estão previstos o acompanhamento contínuo da análise dos alertas do Sistema Alice da CGU e as demandas do TCU e demais órgãos de controle da Administração Pública.

4.9. Exposição das premissas, restrições e riscos associados à execução do Plano de Auditoria Interna

Os riscos de auditoria apresentados que podem prejudicar ou inviabilizar a execução do Plano são:

- Ausência de orçamento próprio no Siorc, destacado para a Audin;
- Indisponibilidade de recursos financeiros para a capacitação da equipe de auditores internos governamentais, visto que a Audin não dispõe de orçamento próprio;
- Limitação técnica de capacitação e treinamento da equipe de auditores internos governamentais;
- Número insuficiente de auditores internos governamentais, com déficit de dois auditores no quadro operacional;
- Ausência de suporte da Secretaria Administrativa para as atividades típicas constantes do Regimento Interno da Audin. Desde março/2023, estamos a depender de reposição, conforme solicitado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – Progep, conforme descrito no Protocolo Web Lepisma, no Documento Avulso nº 23068.012633/2023-86;⁴³ As atividades dessa natureza têm sido distribuídas entre a equipe de auditores, agravando as auditorias;
- Desatualização da estrutura organizacional, verificando-se a necessidade de departamentalização das atividades em planejamento e execução das auditorias, e monitoramento;
- Estrutura física deficiente para alocação da equipe de auditoria;
- Ausência de cursos específicos inerentes às práticas de auditoria interna governamental;

⁴³ <https://protocolo.ufes.br/#/documentos/4560276/>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

- Ausência de mapeamento de riscos formalizado pela Instituição.

5) CONCLUSÃO

O cronograma de execução dos trabalhos propostos para o exercício de 2024 poderá sofrer alterações, em função de alguns fatores externos não programados, tais como trabalhos especiais, treinamentos, apoio ao atendimento de demandas específicas dos órgãos de controle (TCU e CGU), dos Conselhos Superiores e da própria Administração, bem como das premissas, restrições e riscos associados apresentados no item 4.9.

Com este Plano Anual de Auditoria Interna, procurou-se abranger o universo em que se inserem os macroprocessos da Ufes, e espera-se que os resultados dos trabalhos dos seus auditores internos governamentais fortaleçam a gestão, visando atenuar ou até mesmo extinguir as vulnerabilidades encontradas, respeitando as peculiaridades institucionais e buscando adequá-las à legislação pertinente.

Diante da proposta elaborada, submetemos este plano à análise prévia da Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto do art. 5º da Instrução Normativa nº 05, de 27 de agosto de 2021, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Vitória (ES), 30 de novembro de 2023.

CRÍSLEY DO CARMO DALTO

Auditora-Geral-Chefe da Auditoria Interna

Auditora Interna Governamental

Siape 2440473



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

APÊNDICE 1 – METODOLOGIA UTILIZADA PARA A SELEÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA BASEADA NA AVALIAÇÃO DE RISCOS

Para elaboração do Paint (PABR) foi utilizada a metodologia “Auditoria Baseada em Riscos” - ABR, com base na estrutura integrada – COSO I.

Preliminarmente, foram identificadas e selecionadas as possíveis unidades a serem auditadas, com base na estrutura na Resolução do Consuni nº 22/2019, de 9 de setembro de 2019. O critério de seleção foi o julgamento profissional, considerando os macroprocessos principais (chaves e críticos), a estrutura de operações e processos, nos macros institucionais Ensino, Pesquisa, Extensão, Assistência e Gestão, que permeiam os operacionais finalísticos e o gerenciamento de suporte, nos macroprocessos e na estrutura de operações e processos.

Contudo, ressaltam-se como limitação os seguintes riscos de auditoria já abordados: limitação técnica, ausência de recursos informatizados, tecnológicos e de integração de sistema adequado, ausência de mapeamento de riscos e política de gestão de riscos formalizada. À limitação de recursos informatizados atribui-se ainda a impossibilidade de adequação à aplicação da estrutura do COSO I.

Dessa forma, as unidades selecionadas foram identificadas com códigos e classificadas nos níveis estratégico, tático e operacional, sendo aplicada a metodologia da estrutura integrada-COSO I, a fim de apurar o Grau de Risco - GR ou o Nível de Risco - NR. Para tanto, é importante conceituar:

- 6) Risco –Possibilidade de ocorrência de um evento que afete adversamente o alcance de objetivos. O risco é uma função tanto da probabilidade como das consequências, portanto, o nível do risco é expresso pela combinação da probabilidade de ocorrência do evento e de suas consequências, em termos da magnitude do impacto nos objetivos.

Risco= função (probabilidade e impacto)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

- 7) Grau de Risco - GR - Determinação do grau de eficácia do gerenciamento de riscos corporativos de uma organização, que corresponde ao julgamento decorrente da avaliação da presença e da eficácia do funcionamento da estrutura do COSO, segundo o qual são avaliados oito componentes (ambiente interno, fixação de objetivos, identificação de eventos, avaliação dos riscos, resposta ao risco, atividades de controle, informações e comunicação e monitoramento).

A metodologia (ABR) associa a auditoria interna à estrutura global da gestão de riscos da organização, uma vez que avalia as áreas responsáveis pelos processos finalísticos e seus controles internos (avaliação pelos gestores estratégicos, táticos e operacionais) no que tange à gestão da execução orçamentária.⁴⁴ Ainda, conforme os fundamentos dos modelos de gestão de riscos (COSO I e COSO II) definidos no documento “Controles Internos – Modelo Integrado”, publicados pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, enfatiza a responsabilidade da alta administração no gerenciamento dos riscos.

O gerenciamento de riscos corporativos é um processo conduzido em uma organização pelo conselho de administração, diretoria e demais empregados, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar em toda a organização eventos em potencial, capazes de afetá-la, e administrar os riscos de modo a mantê-los compatíveis com o apetite a risco da organização e possibilitar garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos.⁴⁵ (COSO, 2013)

Dessa forma, a Auditoria Interna associa governança, riscos e *compliance*, visando garantir a sustentação da governança, sendo importante frisar a relevância da gestão de riscos, que consiste em “atividades coordenadas para dirigir e controlar uma organização no que se refere ao risco”. (item 2.2 da ABNT NBR ISSO 31000/2009)

Conforme o procedimento metodológico, a ABR, a estrutura do COSO I conta fatores de análise do ambiente de controle e dispõe de dois questionários, ambos aplicados às

⁴⁴ The Institute of Internal Auditors – IIA

⁴⁵ Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada. Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

unidades selecionadas. O primeiro é aplicado aos gestores estratégico, tático e operacional, contemplando 18 questões para a avaliação nos seguintes fatores de controle da gestão: Ambiente de Controle, Avaliação do Risco, Procedimentos de Controle, Informação e Comunicação e Monitoramento. Conforme conceituação e abordagem:

- III. Ambiente de controle: verifica se o ambiente de trabalho possui procedimentos definidos, instruções claras, padronização, atribuições e meios para assegurar o alcance dos objetivos, de forma efetiva;
- IV. Avaliação de Risco: verifica se é feita a gestão de riscos, de que forma e se existe uma cultura no ambiente de trabalho a esse respeito;
- V. Procedimentos de Controle: verifica se há procedimentos na aplicação de controles das atividades da área;
- VI. Informação e Comunicação: verifica o tratamento dado às informações e a eficácia da comunicação na área;
- VII. Monitoramento: verifica se existe avaliação periódica da própria área em relação a seus controles instituídos.

O segundo questionário refere-se à avaliação institucional da auditoria interna, que contempla sete questões.

Ambos os questionários visam avaliar o Grau de Risco - GR de cada unidade. O quadro 4 descreve as questões aplicadas aos gestores estratégico, tático e operacional, que devem ser respondidas conforme alternativas relacionadas no Quadro 5. Já o Quadro 6 refere-se ao questionário aplicado pela Audin.

Quadro 4 – Questionário COSO I – Questões de avaliação pelos gestores

FATORES A SEREM AVALIADOS PELA GESTÃO
AMBIENTE DE CONTROLE
1. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela área são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis de sua estrutura.
2. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão formalizados.
3. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos servidores dos diversos níveis da estrutura da área na elaboração dos procedimentos das instruções operacionais.
4. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

AUDITORIA INTERNA

5. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades de competência da área.
6. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela área.
SUBTOTAL POR FATOR DE RISCO
% EM RELAÇÃO À PONTUAÇÃO MÁXIMA DO FATOR DE RISCO (18)
AVALIAÇÃO DE RISCO
7. Os objetivos e metas da área estão formalizados.
8. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da área.
9. É prática da área o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.
10. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.
SUBTOTAL POR FATOR DE RISCO
% EM RELAÇÃO À PONTUAÇÃO MÁXIMA DO FATOR DE RISCO (12)
PROCEDIMENTOS DE CONTROLE
11. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da área, claramente estabelecidas.
12. As atividades de controle adotadas pela área são apropriadas, funcionam consistentemente e possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam resultar de sua aplicação.
SUBTOTAL POR FATOR DE RISCO
% EM RELAÇÃO À PONTUAÇÃO MÁXIMA DO FATOR DE RISCO (6)
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
13. A informação relevante para a área é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente aos interessados.
14. As informações consideradas relevantes pela área são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao pessoal da área tomar as decisões apropriadas.
15. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da área, todos os seus componentes e toda a sua estrutura, em todas as direções.
SUBTOTAL POR FATOR DE RISCO
% EM RELAÇÃO À PONTUAÇÃO MÁXIMA DO FATOR DE RISCO (9)
MONITORAMENTO
16. O sistema de controles internos da área é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.
17. O sistema de controles internos da área tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações feitas.
18. O sistema de controles internos da área tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.
SUBTOTAL POR FATOR DE RISCO
% EM RELAÇÃO À PONTUAÇÃO MÁXIMA DO FATOR DE RISCO (9)
PONTUAÇÃO TOTAL
% EM RELAÇÃO À PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL (54)

Quadro 5 – Alternativas de respostas para os gestores



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

Escala de valores da avaliação pela gestão:	Descrição:
(0) Concordo totalmente	A afirmativa é totalmente aplicada
(1) Concordo parcialmente	A afirmativa é aplicada na maioria
(2) Não concordo parcialmente	A afirmativa é aplicada apenas na minoria
(3) Não concordo na totalidade	A afirmativa não é aplicada

Quadro 6 – Questões de avaliação pela Auditoria Interna – Audin

Questões da Avaliação pela Auditoria Interna
1. A área executa processos críticos (volume financeiro) ou processos-chave (relacionados com atividades finalísticas da instituição)? (0) Não; (10) Sim
2. Quando foi a última vez que a área foi auditada? (0) Nos últimos 6 (seis) meses; (5) No intervalo de 6 (seis) a 12 (doze) meses; (10) No intervalo de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses; (15) Há mais de 2 (dois) anos; (20) Nunca
3. Qual o montante em recursos orçamentários movimentado pela área? (0) De R\$ 0,00 a R\$ 100.000,00; (5) De R\$ 100.000,01 a R\$ 1.000.000,00; (10) De R\$ 1.000.000,01 a R\$ 10.000.000,00; (15) De R\$ 10.000.000,01 a R\$ 50.000.000,00; (20) Acima de R\$ 50.000.000,00.
4. Com base nos conhecimentos/experiência dos auditores, como são avaliados os controles internos da área? (0) Ótimos; (5) Bons; (10) Razoáveis; (15) Frágeis; (20) Muito frágeis.
5. Com base nos conhecimentos/experiência dos auditores, as informações disponibilizadas pela área, nos mais variados meios, são dotadas de qualidade e propiciam comunicação adequada com interessados? (0) Frequentemente; (5) Algumas vezes; (10) Raramente.
6. Qual a probabilidade e o impacto de riscos à imagem da Ufes nos processos executados pela área? (0) Baixa probabilidade e baixo impacto; (5) Alta probabilidade e baixo impacto; (10) Baixa probabilidade e alto impacto; (15) Alta probabilidade e alto impacto.
7. A área costuma acatar/adotar recomendações feitas pela Auditoria Interna e pelos órgãos de controle (CGU e TCU)? (0) Não houve recomendação; (1) Sempre acata; (2) Frequentemente acata; (3) Algumas vezes acata; (4) Raramente acata; (5) Nunca acata.
Pontuação Total
% Em Relação à Pontuação Máxima Total (100)

Depois de respondidos os questionários do COSO I pelos gestores estratégico, tático e operacional, e Audin, são apurados os resultados, conforme variáveis estabelecidas e mensurados os Graus de Risco do gestor - GR e da Audin, com cálculos subsequentes, de modo a construir o *ranking* da matriz de risco.

Cálculo 1: GR gestor (%)= %A1 + %A2 +%A3



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

3

Sendo:

A1: calculado a partir da avaliação do gestor estratégico;

A2: calculado a partir da avaliação do gestor tático;

A3: calculado a partir da avaliação do gestor operacional;

%= (pontuação obtida/54).

Grau de risco (GR) do Gestor (%): Para alcançarmos a mensuração do grau de risco de cada gestor nos níveis de hierarquização (estratégico, tático e operacional), soma-se a pontuação % obtida no questionário e multiplica-se o resultado por 100. Em seguida, faz-se a média desses pontos pelos gestores, considerando a quantidade de níveis de hierarquização das áreas.

Cálculo 2: GR Audin (%) = (% pontuação da equipe técnica Audin/100)

4

Sendo:

Grau de Risco - GR Audin (%): O cálculo do Grau de Risco da Audin segue a mesma metodologia com pontuação máxima de 100 (cem), devendo ser respondido por quatro auditores, conforme critérios pré-estabelecidos. Em seguida, faz-se a média desses pontos pelos quatro auditores internos.

Com base nas apurações do GR do gestor e do GR da Audin, o Grau de Risco (GR), ou seja, a vulnerabilidade das áreas, sob o aspecto de probabilidade e impacto, é alcançado utilizando-se a média ponderada, por meio do seguinte cálculo:

Cálculo 3: GR Final – Média Aritmética ponderada final =

$$\frac{(\text{GR gestor (\%)} \times 4 + \text{GR Audin (\%)} \times 6)}{10}$$

10

Ou seja: Depois de concluídos os cálculos 1 e 2, temos os elementos para o cálculo da média aritmética ponderada final. Em que:

Avaliação do gestor – vale peso 4. – Avaliação do auditor – vale peso 6 (trabalha em controle interno e pode deter visão holística da Instituição).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

Os resultados obtidos são classificados quanto à probabilidade e impacto, inicialmente como orienta a Figura 5.

Figura 5 – Matriz de risco simples GR

		Critérios de Classificação de Risco	
Impacto		50% - 75% Risco alto	75% - 100% Risco crítico
		0% - 25% Risco baixo	25% - 50% Risco médio
		Probabilidade	

Fonte: Elaboração própria, adaptado do TCU

Os resultados do grau de risco de cada unidade são classificados em ordem decrescente, evidenciando o *ranking* na matriz de riscos, sendo esse o critério primário para a seleção das unidades a serem auditadas.

APÊNDICE 2 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES PASSÍVEIS DE AUDITORIA

Foram codificadas, de acordo com a estrutura organizacional da Ufes, 109 áreas estratégicas classificadas nos macros institucionais e níveis organizacionais (estratégico, tático e operacional), conforme o Quadro 7.

Quadro 7 – Codificação das unidades passíveis de auditoria

Cód.	Macro institucional	Nível organizacional	Área auditável
1	Pesquisa	Estratégico	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
1.1	Pesquisa	Operacional	1.1 Coordenação de Acompanhamento e Controle de Projetos - PRPPG
1.2	Pesquisa	Operacional	1.2 Coordenação de Acompanhamento e Recursos do Projeto - PRPPG
1.3	Pesquisa	Operacional	1.3 Seção de Análise Documental <i>Stricto Sensu</i> e <i>Lato Sensu</i> - PRPPG
1.4	Pesquisa	Operacional	1.4 Seção de Iniciação Científica - PRPPG
1.5	Pesquisa	Operacional	1.5 Diretoria de Inovação Tecnológica - PRPPG
1.6	Pesquisa	Operacional	1.6 Divisão de Gestão Administrativa - PRPPG
2	Extensão	Estratégico	Pró-Reitoria de Extensão



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
AUDITORIA INTERNA

2.1	Extensão	Operacional	2.1 Divisão de Integração com o Ensino e a Pesquisa - Proex
2.2	Extensão	Operacional	2.2 Divisão de Apoio à Câmara de Extensão - Proex
2.3	Extensão	Operacional	2.3 Divisão de Suporte - DGE - Proex
2.4	Extensão	Tático	2.4 Divisão de Gestão Administrativa - Proex
2.5	Extensão	Operacional	2.5 Diretoria de Interlocução com a Sociedade - Proex
2.6	Extensão	Operacional	2.6 Diretoria de Esportes e Lazer - Proex
2.7	Extensão	Tático	2.7 Divisão de Gestão da Informação - Proex
3	Assistência	Estratégico	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil
3.1	Assistência	Tático	3.1 Diretoria de Assistência Estudantil - Propaes
3.2	Assistência	Tático	3.2 Diretoria de Ações Afirmativas e Diversidade - Propaes
3.3	Assistência	Tático	3.3 Coordenação de Administração e Finanças - Propaes
3.4	Assistência	Tático	3.4 Coordenação de Nutrição - Propaes
3.5	Assistência	Tático	3.5 Divisão de Gestão Administrativa - Propaes
4	Ensino	Estratégico	Centros de Ensino
4.1	Ensino	Tático	4.1 Diretoria Acadêmica/Sead
4.2	Ensino	Estratégico	4.2 Centro de Artes - CAR
4.3	Ensino	Estratégico	4.3 Centro de Ciências Agrárias e Engenharias - CCAE
4.4	Ensino	Estratégico	4.4 Centro de Ciências da Saúde - CCS
4.5	Ensino	Estratégico	4.5 Centro de Ciências Exatas - CCE
4.6	Ensino	Estratégico	4.6 Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde - CCENS
4.7	Ensino	Estratégico	4.7 Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN
4.8	Ensino	Estratégico	4.8 Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - CCJE
4.9	Ensino	Estratégico	4.9 Centro de Educação - CE
4.10	Ensino	Estratégico	4.10 Centro de Educação Física e Desportos - CEFD
4.11	Ensino	Estratégico	4.11 Centro Tecnológico - CT
4.12	Ensino	Estratégico	4.12 Centro Universitário Norte do Espírito Santo - Ceunes
5	Ensino	Estratégico	Pró-Reitoria de Graduação



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
AUDITORIA INTERNA

5.1	Ensino	Operacional	5.1 Divisão de Gestão Administrativa - Prograd
5.2	Ensino	Operacional	5.2 Coordenação de Acompanhamento Acadêmico - Prograd
5.3	Ensino	Operacional	5.3 Coordenação de Estágios - Prograd
5.4	Ensino	Operacional	5.4 Coordenação de Acompanhamento de Currículos - Prograd
5.5	Ensino	Operacional	5.5 Coordenação de Matrícula e Controle Acadêmico - Prograd
5.6	Ensino	Operacional	5.6 Coordenação de Expedição e Registro De Diplomas - Prograd
6	Gestão	Estratégico	Pró-Reitoria de Administração
6.1	Gestão	Operacional	6.1 Coordenação de Passagens - Proad
6.2	Gestão	Operacional	6.2 Coordenação de Orçamento e Finanças - Proad
6.3	Gestão	Operacional	6.3 Diretoria de Contabilidade e Finanças - Proad
6.4	Gestão	Operacional	6.4 Coordenação de Licitação - DMP - Proad
6.5	Gestão	Operacional	6.5 Divisão de Planejamento de Materiais - Proad
6.6	Gestão	Operacional	6.6 Divisão de Patrimônio - Proad
6.7	Gestão	Operacional	6.7 Divisão de Importação e Exportação - Proad
6.8	Gestão	Operacional	6.8 Coordenação de Licitação - DCOS - Proad
6.9	Gestão	Operacional	6.9 Coordenação de Gestão Contratual - Proad
6.10	Gestão	Operacional	6.10 Divisão de Fiscalização Administrativa - Proad
6.11	Gestão	Operacional	6.11 Divisão de Apoio à Gestão - Proad
6.12	Gestão	Operacional	6.12 Coordenação de Elaboração de Contratos e Convênios - Proad
6.13	Gestão	Operacional	6.13 Coordenação de Controle de Prestação de Contas - Proad
6.14	Gestão	Operacional	6.14 Divisão de Arquivos - Proad
6.15	Gestão	Operacional	6.15 Divisão de Contabilidade e Finanças - Setorial Norte - Proad
6.16	Gestão	Operacional	6.16 Divisão de Recursos Materiais - Setorial Norte - Proad
6.17	Gestão	Operacional	6.17 Divisão de Tecnologia da Informação - Setorial Norte - Proad
6.18	Gestão	Operacional	6.18 Coordenação de Licitação - Setorial Sul - Proad
6.19	Gestão	Operacional	6.19 Seção de Execução Orçamentária e Financeira - Setorial Sul - Proad
7	Gestão	Estratégico	Superintendência de Tecnologia da Informação
7.1	Gestão	Operacional	7.1 Coordenação de Projetos e Sistemas - STI



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

AUDITORIA INTERNA

7.2	Gestão	Operacional	7.2 Divisão de Produtos <i>Web</i> - STI
7.3	Gestão	Tático	7.3 Coordenação de Qualidade e Inovação - STI
7.4	Gestão	Operacional	7.4 Coordenação de Suporte ao Usuário - STI
8	Gestão	Estratégico	Superintendência de Infraestrutura
8.1	Gestão	Operacional	8.1 Coordenação de Projetos e Orçamentos - SI
8.2	Gestão	Operacional	8.2 Divisão de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SI
8.3	Gestão	Operacional	8.3 Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização de Obras - SI
8.4	Gestão	Operacional	8.4 Divisão de Manutenção de Edificações e Infraestrutura Urbana - SI
8.5	Gestão	Operacional	8.5 Divisão de Manutenção de Equipamentos - SI
8.6	Gestão	Operacional	8.6 Divisão de Segurança - SI
8.7	Gestão	Operacional	8.7 Divisão de Transporte e Logística - SI
8.8	Gestão	Operacional	8.8 Divisão de Serviços de Engenharia - Setorial Norte - SI
8.9	Gestão	Tático	8.9 Diretoria de Infraestrutura - Setorial Maruípe - SI
8.10	Gestão	Tático	8.10 Diretoria de Infraestrutura - Setorial Sul - SI
9	Gestão	Estratégico	Biblioteca Central
9.1	Gestão	Operacional	9.1 Seção de Assistência ao Usuário - BC
9.2	Gestão	Operacional	9.2 Seção de Formação e Tratamento de Acervo - BC
9.3	Gestão	Operacional	9.3 Seção de Biblioteca - Setorial Maruípe - BC
9.4	Gestão	Operacional	9.4 Seção de Biblioteca - Setorial Norte - BC
9.5	Gestão	Operacional	9.5 Seção de Biblioteca - Setorial Sul - BC
10	Gestão	Operacional	10 Editora Universitária - Edufes
11	Gestão	Estratégico	Superintendência de Comunicação
11.1	Gestão	Operacional	11.1 Seção de Publicidade - Supec
11.2	Gestão	Operacional	11.2 Seção de Veículos Impressos e Internet - Supec
11.3	Gestão	Operacional	11.3 Diretoria de Jornalismo - Supec
12	Gestão	Estratégico	Secretaria de Cultura
12.1	Gestão	Operacional	12.1 Divisão do Teatro Universitário - Secult
12.2	Gestão	Operacional	12.2 Divisão de Artes Plásticas - Secult



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

12.3	Gestão	Operacional	12.3 Coordenação do Cine Metrópolis - Secult
13	Gestão	Estratégico	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
13.1	Gestão	Operacional	13.1 Coordenação de Documentação Institucional - Progep
13.2	Gestão	Operacional	13.2 Coordenação de Acompanhamento e Orientação à Legislação - Progep
13.3	Gestão	Operacional	13.3 Coordenação de Gestão da Informação - Progep
13.4	Gestão	Operacional	13.4 Divisão de Projetos de Desenvolvimento de Pessoas - Progep
13.5	Gestão	Operacional	13.5 Divisão de Desenvolvimento na Carreira e Capacitação - Progep
13.6	Gestão	Operacional	13.6 Seção de Apoio Administrativo e Técnico - Progep
13.7	Gestão	Operacional	13.7 Coordenação de Provimento e Movimentação - Progep
13.8	Gestão	Operacional	13.8 Coordenação de Análise, Registros e Pagamentos - Progep
14	Gestão	Estratégico	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
14.1	Gestão	Tático	14.1 Divisão de Informações Gerenciais - Proplan
14.2	Gestão	Operacional	14.2 Coordenação de Planejamento Institucional - Proplan
14.3	Gestão	Operacional	14.3 Diretoria de Suporte à Gestão - Setorial Sul - Proplan
14.4	Gestão	Operacional	14.4 Seção de Desenvolvimento Institucional - Proplan
15	Gestão	Estratégico	15 Instituto Tecnológico da Ufes - Itufes
16	Gestão	Estratégico	16 Ouvidoria
17	Gestão	Estratégico	17 Seção de Procedimentos Disciplinares

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE 3 – RESULTADOS OBTIDOS COM A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA ABR PARA A SELEÇÃO DAS AÇÕES COM BASE NOS FATORES DE RISCO

Foram aplicados 109 questionários do COSO às áreas codificadas, todos respondidos, resultando em 96 áreas passíveis de auditoria.

Os resultados encontrados mediante a aplicação do questionário do COSO I ao gestor e à equipe técnica de auditores governamentais da Audin evidenciaram que o maior risco se



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

encontra no macro institucional Gestão, na área 8.1 - SI - Coordenação de Projetos e Orçamentos, com o percentual de GR 69,66%, classificada assim como de risco alto.

Outras áreas foram classificadas com risco alto e devem ser consideradas vulneráveis, tais como no macro institucional Gestão, na área 8.10 – SI – Diretoria de Infraestrutura - Setorial Sul (GR 65,29 %), seguida pela 5.3 – Prograd - Coordenação de Estágios (GR 63,73%) e 6.18 - Proad - Coordenação de Licitação - Setorial Sul (GR 63,34%). No macro institucional Ensino, na área 4.4. Centro de Ciências da Saúde - CCS (GR 53,85%).

Os menores riscos ocorreram no macro institucional Gestão, nas áreas 10 - Edufes (GR 23,53%); 12.2 Secult - Divisão de Artes Plásticas (GR 21,67%); no macro institucional Assistência, nas áreas 3.5 - Propaes - Divisão de Gestão Administrativa (GR 21,67%); 3.2 - Propaes - Diretoria de Ações Afirmativas e Diversidade (GR 16,48%).

Nem todas as áreas detêm os três níveis de avaliação nos três níveis de governança.

Os resultados encontrados foram demonstrados na matriz de risco nas Tabelas 1 e 2, Gráficos 1 e 2.

Tabela 2 - Matriz de Classificação (*ranking*) do GR das áreas avaliadas, com exceção das áreas finalísticas

Área auditável	GR na avaliação gestor	GR na avaliação Audin	GR
8.1 Coordenação de Projetos e Orçamentos - SI	48,15%	84,00%	69,66%
8.10 Diretoria de Infraestrutura - Setorial Sul - SI	22,22%	94,00%	65,29%
5.3 Coordenação de Estágios - Prograd	54,32%	70,00%	63,73%
6.18 Coordenação de Licitação - Setorial Sul - Proad	41,36%	78,00%	63,34%
12.1 Divisão do Teatro Universitário - Secult	38,89%	78,00%	62,36%
2.6 Diretoria de Esportes e Lazer - Proex	57,41%	65,00%	61,96%
2.7 Divisão de Gestão da Informação - Proex	61,11%	60,00%	60,44%
6.9 Coordenação de Gestão Contratual - Proad	33,95%	73,00%	57,38%
6.11 Divisão de Apoio à Gestão - Proad	22,22%	80,00%	56,89%
8.4 Divisão de Manutenção de Edificações e Infraestrutura Urbana - SI	32,72%	73,00%	56,89%
8.6 Divisão de Segurança - SI	32,10%	73,00%	56,64%
8.8 Divisão de Serviços de Engenharia - Setorial Norte - SI	27,16%	73,00%	54,66%



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

AUDITORIA INTERNA

2.2 Divisão de Apoio à Câmara de Extensão - Proex	43,21%	60,00%	53,28%
2.3 Divisão de Suporte - DGE - Proex	50,00%	55,00%	53,00%
6.13 Coordenação de Controle de Prestação de Contas - Proad	20,37%	73,00%	51,95%
13.2 Coordenação de Acompanhamento e Orientação à Legislação - Progep	61,11%	45,00%	51,44%
13.8 Coordenação de Análise, Registros e Pagamentos - Progep	42,59%	57,00%	51,24%
7.3 Coordenação de Qualidade e Inovação - STI	48,15%	53,00%	51,06%
6.6 Divisão de Patrimônio - Proad	31,48%	64,00%	50,99%
2.5 Diretoria de Interlocução com a Sociedade - Proex	43,52%	55,00%	50,41%
8.3 Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização de Obras - SI	32,10%	61,00%	49,44%
6.19 Seção de Execução Orçamentária e Financeira - Setorial Sul - Proad	25,31%	65,00%	49,12%
5.2 Coordenação de Acompanhamento Acadêmico - Prograd	32,72%	60,00%	49,09%
6.12 Coordenação de Elaboração de Contratos e Convênios - Proad	12,96%	73,00%	48,99%
13.5 Divisão de Desenvolvimento na Carreira e Capacitação - Progep	38,27%	56,00%	48,91%
15 Instituto Tecnológico da Ufes - Itufes	53,70%	45,00%	48,48%
2.1 Divisão de Integração com o Ensino e a Pesquisa - Proex	37,65%	55,00%	48,06%
8.2 Divisão de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SI	31,48%	59,00%	47,99%
9.5 Seção de Biblioteca - Setorial Sul - BC	29,63%	60,00%	47,85%
13.7 Coordenação de Provimento e Movimentação - Progep	44,44%	50,00%	47,78%
8.5 Divisão de Manutenção de Equipamentos - SI	30,25%	59,00%	47,50%
8.7 Divisão de Transporte e Logística - SI	37,04%	54,00%	47,21%
13.3 Coordenação de Gestão Da Informação - Progep	50,00%	45,00%	47,00%
11.1 Seção de Publicidade - Supec	31,48%	55,00%	45,59%
3.4 Coordenação de Nutrição - Propaes	13,40%	67,00%	45,56%
9.1 Seção de Assistência ao Usuário - BC	27,78%	57,00%	45,31%
5.6 Coordenação de Expedição e Registro de Diplomas - Prograd	22,84%	60,00%	45,14%
6.4 Coordenação de Licitação - DMP - Proad	20,99%	61,00%	45,00%
6.15 Divisão de Contabilidade e Finanças - Setorial Norte - Proad	6,17%	70,00%	44,47%
7.1 Coordenação de Projetos e Sistemas - STI	24,07%	58,00%	44,43%
5.5 Coordenação de Matrícula e Controle Acadêmico - Prograd	20,99%	60,00%	44,40%
6.5 Divisão de Planejamento de Materiais - Proad	19,75%	60,00%	43,90%
6.10 Divisão de Fiscalização Administrativa - Proad	30,25%	53,00%	43,90%
6.2 Coordenação de Orçamento e Finanças - Proad	16,67%	62,00%	43,87%
6.8 Coordenação de Licitação - DCOS - Proad	30,86%	52,00%	43,55%
11.3 Diretoria de Jornalismo - Supec	25,00%	55,00%	43,00%
1.2 Coordenação de Acompanhamento e Recursos do Projeto - PRPPG	9,26%	65,00%	42,70%
9.4 Seção de Biblioteca Setorial Norte - BC	16,67%	60,00%	42,67%
2.4 Divisão de Gestão Administrativa - Proex	53,70%	35,00%	42,48%
11.2 Seção de Veículos Impressos e Internet - Supec	21,30%	55,00%	41,52%



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

AUDITORIA INTERNA

1.4 Seção de Iniciação Científica - PRPPG	32,72%	47,00%	41,29%
1.5 Diretoria de Inovação Tecnológica - PRPPG	5,56%	65,00%	41,22%
13.6 Seção de Apoio Administrativo e Técnico - Progep	48,77%	35,00%	40,51%
8.9 Diretoria de Infraestrutura - Setorial Maruípe - SI	15,74%	57,00%	40,50%
13.1 Coordenação de Documentação Institucional - Progep	33,33%	45,00%	40,33%
6.14 Divisão de Arquivos - Proad	33,33%	45,00%	40,33%
7.2 Divisão de Produtos Web - STI	20,37%	53,00%	39,95%
9.3 Seção de Biblioteca - Setorial Maruípe - BC	22,22%	51,00%	39,49%
14.4 Seção de Desenvolvimento Institucional - Proplan	18,52%	53,00%	39,21%
13.4 Divisão de Projetos de Desenvolvimento de Pessoas - Progep	37,65%	40,00%	39,06%
6.3 Diretoria de Contabilidade e Finanças - Proad	19,14%	52,00%	38,85%
6.17 Divisão de Tecnologia da Informação- Setorial Norte - Proad	6,17%	60,00%	38,47%
17 Coordenação de Procedimentos Disciplinares	25,93%	45,00%	37,37%
6.16 Divisão de Recursos Materiais - Setorial Norte - Proad	2,47%	60,00%	36,99%
1.3 Seção de Análise Documental <i>Stricto Sensu e Lato Sensu</i> - PRPPG	4,94%	58,00%	36,78%
5.1 Divisão de Gestão Administrativa - Prograd	8,33%	55,00%	36,33%
14.2 Coordenação de Planejamento Institucional - Prograd	20,37%	45,00%	35,15%
1.6 Divisão de Gestão Administrativa - PRPPG	35,19%	35,00%	35,07%
6.1 Coordenação de Passagens - Proad	0,00%	58,00%	34,80%
7.4 Coordenação de Suporte ao Usuário - STI	48,15%	23,00%	33,06%
14.3 Diretoria de Suporte à Gestão - Setorial Sul	29,63%	35,00%	32,85%
5.4 Coordenação de Acompanhamento de Currículos - Prograd	6,17%	50,00%	32,47%
3.1 Diretoria de Assistência Estudantil - Propaes	2,33%	52,00%	32,13%
9.2 Seção de Formação e Tratamento de Acervo - BC	22,22%	36,00%	30,49%
3.3 Coordenação de Administração e Finanças - Propaes	12,95%	42,00%	30,38%
14.1 Divisão de Informações Gerenciais - Proplan	18,52%	38,00%	30,21%
16 Ouvidoria	18,52%	36,00%	29,01%
1.1 Coordenação de Acompanhamento e Controle De Projetos - PRPPG	0,93%	45,00%	27,37%
6.7 Divisão de Importação e Exportação - Proad	33,33%	22,00%	26,53%
12.3 Coordenação do Cine Metrópolis - Secult	4,63%	40,00%	25,85%
10 Editora Universitária - Edufes	33,33%	17,00%	23,53%
3.5 Divisão de Gestão Administrativa - Propaes	5,15%	35,00%	23,06%
12.2 Divisão de Artes Plásticas - Secult	16,67%	25,00%	21,67%
3.2 Diretoria de Ações Afirmativas e Diversidade - Propaes	3,70%	25,00%	16,48%

Tabela 3 - Matriz de classificação (*ranking*) do GR das áreas finalísticas



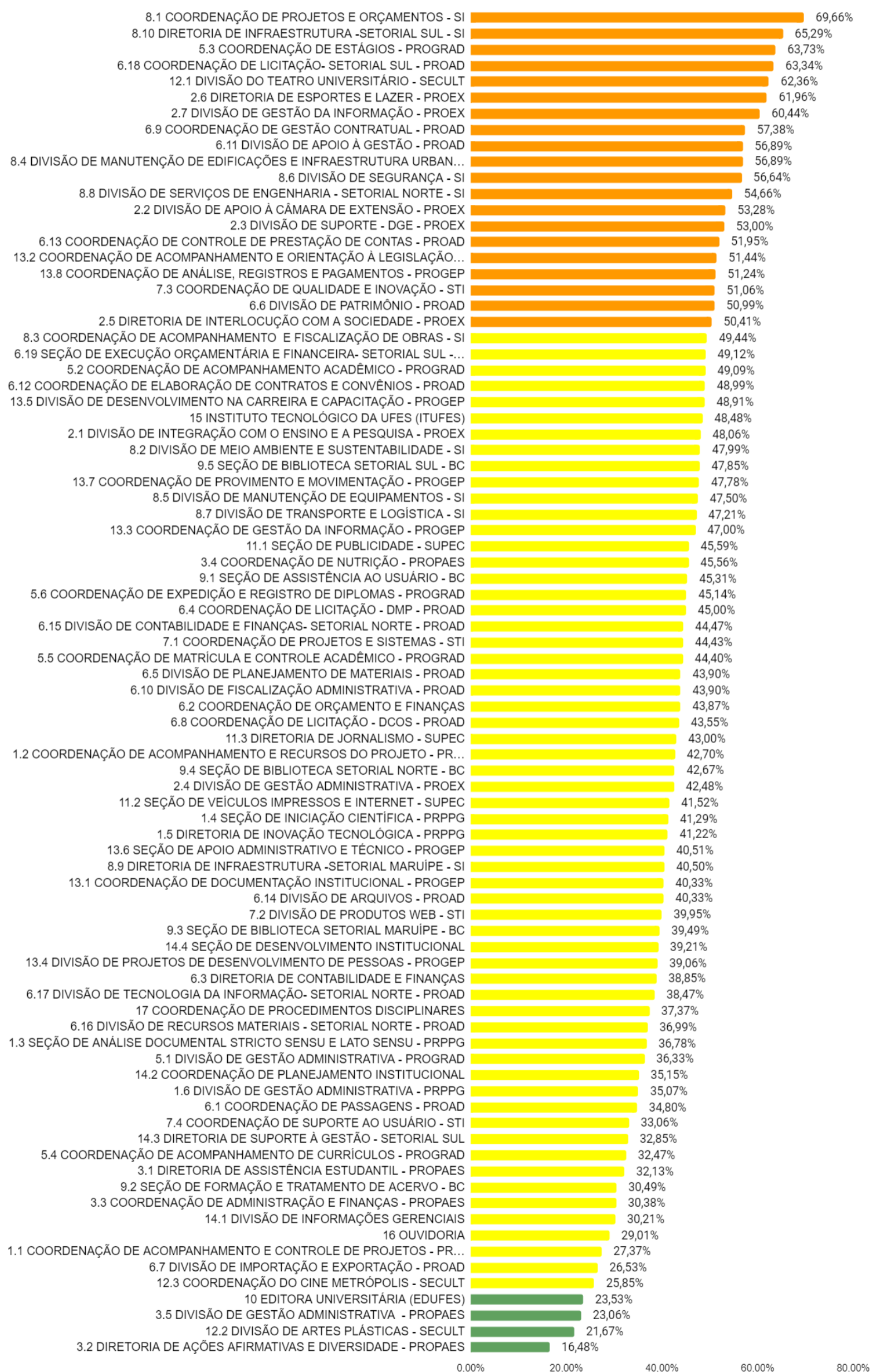
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
AUDITORIA INTERNA

Área auditável	GR avaliação Gestor	GR na avaliação Audin	GR
4.4 Centro de Ciências da Saúde - CCS	22,12%	75,00%	53,85%
4.5 Centro de Ciências Exatas - CCE	43,27%	60,00%	53,31%
4.8 Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - CCJE	30,77%	60,00%	48,31%
4.12 Centro Universitário Norte do Espírito Santo - Ceunes	10,58%	70,00%	46,23%
4.11 Centro Tecnológico - CT	15,38%	65,00%	45,15%
4.3 Centro de Ciências Agrárias e Engenharias - CCAE	9,62%	65,00%	42,85%
4.6 Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde - CCENS	9,62%	65,00%	42,85%
4.10 Centro de Educação Física e Desportos - CEFD	15,38%	60,00%	42,15%
4.9 Centro de Educação - CE	7,69%	65,00%	42,08%
4.2 Centro de Artes - CAr	13,46%	60,00%	41,38%
4.1 Diretoria Acadêmica - Sead	3,85%	62,00%	38,74%
4.7 Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN	30,77%	40,00%	36,31%



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

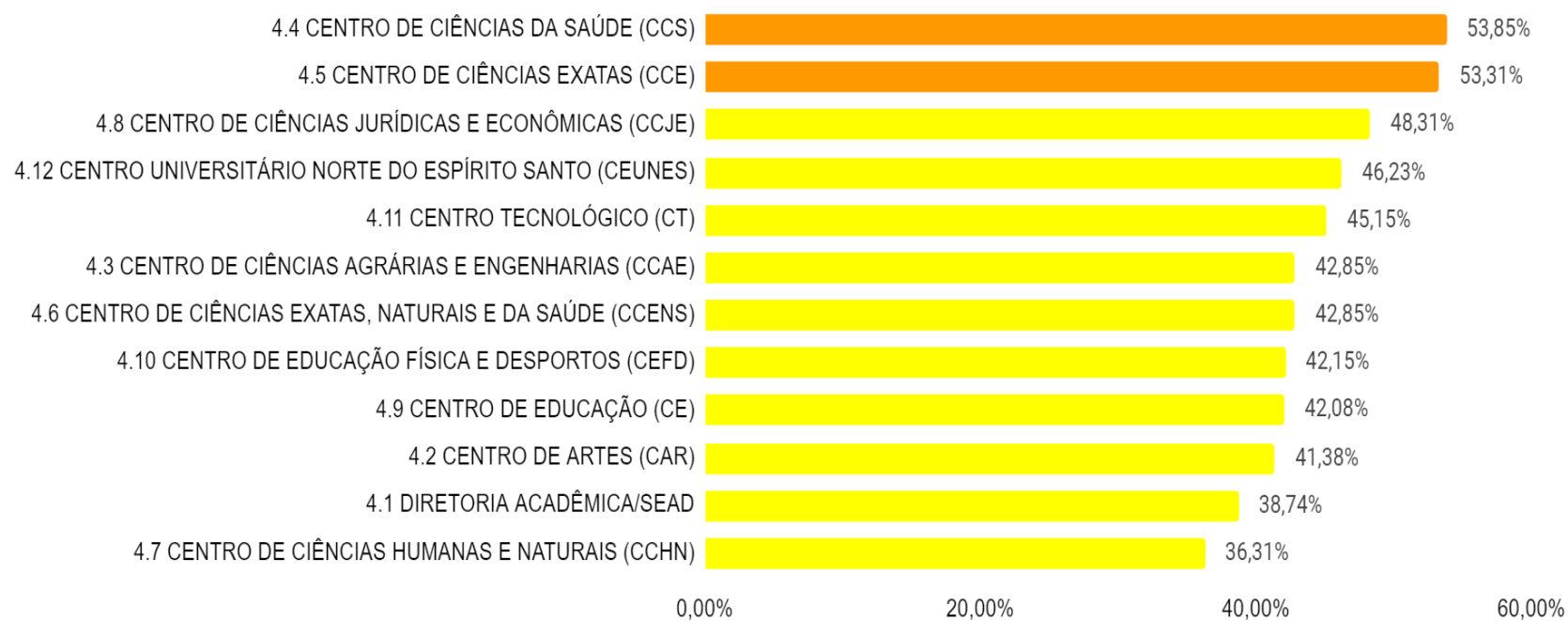
Gráfico 1 – Gráfico segundo o Grau de Risco com exceção das áreas finalísticas





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO AUDITORIA INTERNA

Gráfico 2 – Gráfico segundo o Grau de Risco das áreas finalísticas



APÊNDICE 4 – HORAS PROGRAMADAS PARA ALOCAÇÃO NOS TRABALHOS DE AUDITORIA

O total de horas disponíveis (excluindo feriados nacionais e estaduais férias regulamentares, licenças legais e pontos facultativos) para a execução dos trabalhos de auditoria foi distribuído conforme a capacidade operacional, no indicador homem x hora, considerando a carga horária diária de trabalho de três auditores internos governamentais, de 8 horas, e um servidor com 6 horas, e ainda 8 horas diárias da chefia. Assim, para a execução dos trabalhos, foram apuradas 7.152 horas para a execução dos trabalhos descritos no Quadro 2, conforme a capacidade operacional de alocação demonstrada no Quadro 8.

Quadro 8 – Horas disponíveis do quadro funcional de auditores internos governamentais

Mês	Nº dias úteis	Nº auditores e h/d/dia	8 h/h/dia	6 h/h/dia	Total de h/h Equipe Técnica	Total h/h Chefia	Total h/h
Janeiro	22	Três auditores 8h; um auditor 6h	528	132	660	176	836
Fevereiro	18	Três auditores 8h; um auditor 6h	432	108	540	144	684
Março	20	Três auditores 8h; um auditor 6h	480	120	600	160	760
Abril	21	Três auditores 8h; um auditor 6h	504	126	630	168	798
Maiο	20	Três auditores 8h; um auditor 6h	480	120	600	160	760
Junho	20	Três auditores 8h; um auditor 6h	480	120	600	160	760
Julho	23	Três auditores 8h; um auditor 6h	552	138	690	184	874
Agosto	22	Três auditores 8h; um auditor 6h	528	132	660	176	836
Setembro	21	Três auditores 8h; um auditor 6h	504	126	630	168	798
Outubro	22	Três auditores 8h; um auditor 6h	528	132	660	176	836
Novembro	20	Três auditores 8h; um auditor 6h	480	120	600	160	760
Dezembro	18	Três auditores 8h; um auditor 6h	432	108	540	144	684
Dias úteis/ano	247	Total h/h/ano	5928	1482	7410	1976	9386
Férias/Auditor	22	Desconto h/h – férias regulares	528	132	660	176	836
Capacitação externa	10	Desconto h/h- capacitação técnica	240	60	300	80	400

		em auditoria interna (FONAItec - externa)					
Capacitação Interna	10	Desconto h/h - Capacitação técnica em auditoria interna (outros eventos)	240	60	300	80	400
Licenças	75	Desconto/ h/h - Licenças-Capacitação - PCCTAE- Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005	344	66	410	168	598
Dias trabalhados	130	Horas programadas disponíveis em auditoria interna	4576	1164	5740	1472	7152

Fonte: Elaboração própria (grifos nossos)